

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

ARIEL LOPES DO CARMO

MULHER EM PAUTA:

A COBERTURA DE FEMINICÍDIOS PELO JORNAL DIÁRIO GAÚCHO

Porto Alegre

2019

ARIEL LOPES DO CARMO

MULHER EM PAUTA:

A COBERTURA DE FEMINICÍDIOS PELO JORNAL DIÁRIO GAÚCHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

Porto Alegre

2019

ARIEL LOPES DO CARMO

MULHER EM PAUTA:

A COBERTURA DE FEMINICÍDIOS PELO JORNAL DIÁRIO GAÚCHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em Jornalismo.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

Orientadora

Profa. Dra. Thais Helena Furtado

Examinadora

Dra. Pâmela Caroline Stocker

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Estar em uma universidade pública sempre foi o meu sonho. Não havia outra possibilidade para uma estudante pobre de escola pública que queria muito um diploma de jornalista. E se hoje tenho a oportunidade e o privilégio de escrever um trabalho de conclusão dentro da universidade dos meus sonhos, é porque tenho comigo pessoas que sempre me incentivaram e seguraram a minha mão durante o percurso.

Em um trabalho que fala sobre o gênero feminino, gostaria de primeiramente agradecer as duas mulheres que eu mais amo e respeito nessa vida. Minha irmã, Priscila, por ter me ensinado a gostar de ler e escrever, por sempre cuidar de mim e por nunca duvidar da minha capacidade de perseguir um futuro brilhante. Minha mãe, Magna, por ser a melhor figura feminina em quem eu poderia buscar inspiração, por ser uma fonte inesgotável de força, perseverança e carinho. Principalmente, por todo o amor que eu recebi e recebo. Mãe, ser tua filha é a minha grande felicidade, ser tua amiga é a minha maior conquista.

Agradeço também aos meus dois homens preferidos: meu pai, Valmor, que sempre tratou a educação das duas filhas como prioridade. Pai, obrigada por entre os teus silêncios transbordar humor e incentivo, por aprender a respeitar as minhas escolhas. Ao Felipe, por ter procurado meu nome na lista de aprovados do vestibular quando eu não tive coragem, por aproveitar comigo as conquistas e dividir o peso das derrotas. Obrigada por todo o carinho, todo o momento de compreensão e companheirismo que compartilhamos em todos esses anos que a vida nos juntou.

Eu nunca fui uma pessoa de vários amigos, mas ao longo da vida acumulei uma lista pequena de pessoas essenciais. Um agradecimento especial à Raquel, minha parceira de sonho desde o vestibular e que aguentou inúmeras crises que esse trabalho gerou. À Mariana, por estar sempre pronta para distribuir amor e me mostrar todos os dias que as pessoas podem ser boas umas para as outras. E, finalmente, à Natássia, minha companheira durante todos os anos da graduação. Nat, esse trabalho não existiria se não fosse pela tua enorme generosidade, competência e lealdade. É uma honra me formar ao teu lado e sei que o mundo ganha uma jornalista incrível. Ao Filipe e à Luciana, que completam nossa panela,

obrigada por todo o apoio, as risadas e todas as vezes em que precisaram segurar a minha mão. Que o Projeto Sementes esteja sempre com vocês.

Minha lista de agradecimentos também passa pelos professores que me guiaram durante o meu percurso. Para a minha professora de História no Ensino Médio, Waleska Vasconcellos, por ser a única a falar sobre cotas com a minha turma. Se hoje eu estou aqui, aluna cotista de universidade pública, foi porque ela sempre nos incentivou a buscar coisas maiores. Para Virginia, minha professora e orientadora durante esse trabalho de conclusão, a minha maior gratidão por ter aceitado enfrentar comigo a problemática do feminicídio, um assunto tão devastador – e, por isso, totalmente essencial. Obrigada por entender que esse trabalho veio em uma hora difícil e me ajudar a construir algo que eu me orgulho de ter feito.

Para a UFRGS, por existir e transformar a minha realidade e a de várias outras pessoas. Que mesmo com todos os percalços que vem encontrando, continue sendo um lugar para o florescimento do pensamento crítico, dos debates importantes. Que continue formando além de profissionais, seres humanos mais justos e com sensibilidade para encarar o que precisa ser encarado.

me levanto

sobre o sacrifício

de um milhão de mulheres que vieram antes

e penso

o que é que eu faço

para tornar essa montanha mais alta

*para que as mulheres que vierem depois de
mim*

possam ver além

(Rupi Kaur)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo **analisar como o jornal popular Diário Gaúcho aborda os casos de feminicídio em suas notícias**. Como base teórica, foram utilizados conceitos sobre violência de gênero e patriarcado (SAFFIOTI, 1999, 2015), bem como teorias sobre o jornalismo como construtor social da realidade e sobre critérios de noticiabilidade (TRAQUINA, 2004, 2008). Como objeto empírico, foram coletadas todas as notícias que abordam o tema feminicídio – denominado ou não – da versão impressa do jornal durante o trimestre de maio, junho e julho de 2019, totalizando 15 matérias. O corpus foi analisado a partir da identificação dos critérios de noticiabilidade de construção empregados no texto. Também foi feita uma análise de conteúdo (BARDIN, 2016) do material, observando aspectos como gênero, tamanho e posição espacial no jornal, as fontes utilizadas, seu destaque na capa e o uso do termo feminicídio. A partir dos resultados obtidos por meio da análise, pode-se concluir que o tema feminicídio é explorado no jornal Diário Gaúcho a partir de uma perspectiva majoritariamente factual e policialesca, sem dar espaço para nenhum tipo de discussão sobre o feminicídio enquanto problema social que necessita enfrentamento.

Palavras-chave: feminicídio; violência contra a mulher; jornalismo; critérios de noticiabilidade; análise de conteúdo.

ABSTRACT

This research has the intention of analyse like the popular newsletter Diário Gaúcho addresses cases of femicide in your news. As a theoretical, have been used terms about gender violence and patriarchy, as well theories about journalism like the social developer of reality and about the newsworthiness. As the empirical object, were collected all the news that approach the femicide subject - denominated or not- of the press version of the periodic over the trimester of may, june and july of 2019, a total of 15 articles. The corpus was analysed from the identification of the newsworthiness of construction employee on text. Also was made a content analysis,, observing aspects like gender, size and space position of the jornal, the main sources, in your highlight at the cover and the used of femicide term. From the results obtained by analysis, it can be concluded that the femicide subject is explored on the newspaper Diário Gaúcho from a major perspective factual and policing, without giving space for any type of discussion about the femicide as a social problem that need confronting.

Keywords: femicide. Violence against woman. Journalism. Newsworthiness. Content analysis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Notícia extraída da edição nº 5.930	39
Figura 2: Notícia extraída da edição nº 5.934	41
Figura 3: Notícia extraída da edição nº 5.959	41
Figura 4: Notícia extraída da edição nº 5.936	43
Figura 5: Notícia extraída da edição nº 5.936	44
Figura 6: Notícia extraída da edição nº 5.946	45
Figura 7 – Gráfico: Matérias que ganharam chamadas na capa	47
Figura 8: Notícia extraída da edição nº 5.949	48
Figura 9: Capa da edição nº 5.949	48
Figura 10 – Gráfico: Gêneros dos textos	49
Figura 11 – Gráfico: Tamanho das matérias	50
Figura 12 – Gráfico: Paginação das matérias	50
Figura 13 – Gráfico: Posição das matérias nas páginas	51
Figura 14: Notícia extraída da edição nº 5.960	52
Figura 15 – Gráfico: Quantidade de fontes usadas por matéria	53
Figura 16 – Gráfico: Tipos de fontes	53
Figura 17 – Gráfico: Uso do termo “feminicídio”	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Critérios de noticiabilidade nas matérias do DG	58
Tabela 2: Análise de conteúdo das matérias do DG	59

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	15
2.1 A raiz da violência	16
2.2 A posse da mulher	17
2.3 Os direitos da mulher na legislação brasileira	19
2.4 A Lei Maria da Penha	22
2.5 A Lei do Femicídio	23
3 O FEMINICÍDIO NO JORNALISMO	26
3.1 As notícias: do reflexo à construção social da realidade	26
3.2 O feminicídio dentro dos valores-notícia.....	29
3.2.1 <i>Valores-notícia de seleção</i>	29
3.2.2 <i>Valores notícia de construção</i>	32
4 METODOLOGIAS	34
4.1 <i>Pesquisa bibliográfica</i>	34
4.2 <i>Análise de conteúdo</i>	35
4.3 <i>Critérios de noticiabilidade</i>	36
4.4 <i>Objeto empírico</i>	37
4.5 <i>O corpus</i>	38
5 MULHERES QUE MORREM: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO DIÁRIO GAÚCHO	39
5.1 Critérios de noticiabilidade	39
5.2 Análise do conteúdo	45

5.3 Aproximando o olhar, reunindo o todo	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi concebida a partir de uma inquietude pessoal acerca do modo como as mortes de mulheres se transformam em notícia nos jornais. Uma das minhas primeiras lembranças sobre jornalismo remete aos tempos de infância, quando uma reportagem no noticiário da televisão foi anunciada com a chamada “Amor que mata”. O caso era de uma mulher que foi assassinada pelo seu companheiro após a descoberta de uma traição. Na época, pensei que aquilo não fazia sentido nenhum, pois se era amor, uma coisa essencialmente boa, não poderia resultar em algo ruim.

Em junho de 2019, o Jornal da Record exibiu uma série de reportagens sobre assassinatos de mulheres. O nome da série era o mesmo, Amor que Mata. Durante os anos que separaram uma produção da outra, os questionamentos da criança se tornaram a convicção de que o que mata é o ódio. Hoje, porém, percebo o que na época ainda não conseguia: além de pensar sobre o amor, eu pensava, principalmente, sobre o jornalismo e a força dos sentidos implicados dentro de sua construção. Enquanto mulher e consumidora dessas notícias me deparei com a falta da contextualização entre os fatos ocorridos e a violência de gênero, problema social que oprime e subjuga as mulheres.

A situação de vulnerabilidade da mulher no Brasil é preocupante. Dados do Monitor da Violência¹ apontam que em 2018, dos 4254 homicídios dolosos de mulheres, 1173 foram registrados como feminicídio – um crime de ódio motivado pela discriminação de gênero. Os números são acompanhados por um histórico que evidencia a continuidade da prática opressora: o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)² estimou que no período de 2001 a 2011 ocorreram mais de 50 mil feminicídios no Brasil. No Rio Grande do Sul – uma amostra que representa bem a situação do todo –, os índices de feminicídio em 2018 cresceram 41% em relação ao ano anterior, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado³.

A punição para esse tipo de crime é recente. Por muitos anos, a lógica da sociedade machista ainda tratava a violência contra a mulher – principalmente

¹ Disponível em <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/>>

² Disponível em <

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf>

³ Disponível em <<https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contr-a-mulher>>

dentro de relacionamentos – como algo aceitável e pertencente única e exclusivamente ao âmbito privado das relações. Essa situação passou a ter uma alteração significativa em 2006, com a criação da Lei Maria da Penha⁴, que pune e cria mecanismos para coibir a violência doméstica. Em 2015, a Lei do Femicídio⁵ passa a vigorar e tipifica como crime hediondo quando o homicídio de mulher acontece por “razões de condição de sexo feminino”, que pode ocorrer em situações de violência doméstica e familiar e também quando houver menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A criação da lei, junto com o uso do termo feminicídio em boletins de ocorrência⁶, tem proporcionado à oportunidade de gerar novas estatísticas, aprofundar os dados e traçar novas perspectivas de combate ao crime.

Apesar de a legislação ser relativamente nova, a produção de notícias sobre casos de mulheres assassinadas não é, como eu bem lembrei, nenhuma novidade. Diariamente, veículos publicam notícias sobre novos casos ou desdobramentos de acontecimentos antigos. Levando em consideração seu papel social, percebe-se que o jornalismo tem a atribuição de conferir sentidos a esses acontecimentos e também sobre a perspectiva geral dos assassinatos de mulheres por sua condição de gênero. Pensando nisso, julgo relevante problematizar os modos de construção dessas notícias, pois isso permite refletir também sobre a percepção que o consumidor desses produtos tem sobre o tema, o que impacta diretamente nas condições de enfrentamento do feminicídio como um problema social.

A pesquisa parte dos estudos de gênero para tentar entender como se estabelece e quais as implicações da violência contra a mulher e, a partir disso, analisar como são apresentadas as questões que envolvem esse tipo de violência no jornalismo. Sobretudo, compreender que tipo de conteúdo é entregue sobre o desfecho fatal que dá fim ao ciclo violento: a morte das mulheres, o feminicídio.

Para esta pesquisa, o objeto empírico de análise é o *Diário Gaúcho*. Distribuído em todo o estado do Rio Grande do Sul e disponível em plataforma online, o jornal é conhecido por ser voltado para o segmento popular. Com preço

⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>

⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>

⁶ “Polícia Civil do RS vai adotar termo feminicídio em boletins de ocorrência a partir de 2018”, Matéria do portal G1 RS, 2/11/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/policia-civil-do-rs-vai-adotar-termo-femicidio-em-boletins-de-ocorrencia-a-partir-de-2018.ghtml>>

mais acessível em comparação aos outros jornais distribuídos no estado e pela utilização de estratégias de promoções e distribuição de brindes, o *Diário Gaúcho* é vendido em diversos comércios estabelecidos em bairros periféricos – em muitos casos, é o único jornal na região.

Conforme a divulgação do próprio *Diário Gaúcho*⁷, 61% de seus leitores são da classe C. Ao escolher o *DG*, como é conhecido, como jornal a ser analisado, pretende-se levar em conta não só o tipo de conteúdo produzido, mas também para quem ele é produzido.

Considerando-se que o feminicídio é um problema que atinge todas as classes, apesar de ainda não existir um recorte de raça ou classe (causada pela falta de uma base de dados que permita qualificar a informação), pesquisas⁸ sugerem que as mulheres negras e pobres – parte do público consumidor do *Diário Gaúcho* – continuam sendo as maiores vítimas entre todos os tipos de violência. Esses estudos vêm ao encontro do que o Ipea divulgou no ano de 2019⁹: 66% das mulheres assassinadas eram negras (não especificando se foram casos de feminicídio).

Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar como o jornal *Diário Gaúcho* aborda os casos de feminicídio em suas notícias. Para isso, perseguem-se os seguintes objetivos específicos: a) entender quais os critérios de noticiabilidade foram usados para a construção dos textos e; b) analisar o conteúdo das matérias do jornal quanto ao seu destaque na capa, gênero, tamanho, sua editoria, posição, fontes ouvidas e o emprego do termo “feminicídio”.

Para isso, são exploradas as páginas do impresso durante os meses de maio, junho e julho de 2019. A análise se dá sobre um corpus composto de todos os textos que abordam a morte de mulheres em decorrência da violência de gênero, totalizando 15 matérias.

⁷ Disponível em <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/diario-gaucho/>>

⁸ Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13490/1/2013_BrunaCristinaJaquettoPereira.pdf>

⁹ Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>

A base teórica segue duas vertentes. Para tratar as questões de violência de gênero, machismo e patriarcado, são usados autores como Campos (2015) e Saffioti (2004). Para trabalhar os critérios de noticiabilidade, Traquina (2005), entre outros autores do campo de estudos do jornalismo.

Para alcançar os objetivos propostos, busca-se o apoio metodológico da pesquisa bibliográfica e da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

O capítulo dois será dedicado ao tema da violência de gênero contra a mulher. O trabalho aborda os estudos sobre o tema que tenham enfoque na violência sofrida pela mulher brasileira. Além disso, faz-se um histórico sobre as leis e a punibilidade de casos de violência contra mulher no Brasil.

O capítulo três aborda o papel social do jornalismo, bem como sua participação na construção da realidade. Também trata dos critérios de noticiabilidade e da cobertura sobre violência nas páginas dos jornais em geral. Traz ainda um breve histórico do *Diário Gaúcho*, ressaltando suas particularidades.

O quarto capítulo discorre sobre as metodologias aplicadas à pesquisa. Em especial, descreve os procedimentos utilizados para estruturar a análise de conteúdo. Por fim, o capítulo cinco é dedicado à análise das 15 matérias jornalísticas que abordam o tema do feminicídio (denominado ou não) coletadas durante o trimestre pesquisado.

2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Maria da Penha da Maia Fernandes tinha 38 anos quando sua vida sofreu uma reviravolta. Foi baleada em um amanhecer de maio, em 1983. Ela não estava na rua, envolvida em uma briga ou em qualquer situação de risco iminente: estava dentro de casa, em sua própria cama, dormindo. O atirador não era desconhecido, tampouco ocupava na vida de Maria da Penha uma posição de desafeto. Era seu próprio marido, pai de suas filhas e com quem ela dividia o teto. O tiro acertou suas costas e a deixou paraplégica. Depois de quatro meses no hospital, volta para casa junto do marido, onde sofre nova tentativa de assassinato. Dessa vez, um chuveiro foi propositalmente danificado para eletrocutá-la.

O lar de Barbara Penna também se transformou em local de crime. Em novembro de 2013, ela estava em seu apartamento, em Porto Alegre (RS), quando seu ex-companheiro a agrediu, ateou fogo em seu corpo e, em seguida, jogou-a pela janela. Barbara sobreviveu, mas o incêndio provocado no apartamento acabou sufocando e matando seus dois filhos, Isadora e João Henrique, além de um vizinho que tentou prestar socorro às crianças.

Hoje, Maria da Penha é uma figura emblemática na luta contra a violência doméstica, usando sua história de vida em prol da proteção da mulher. E Barbara estava presente no tribunal em setembro de 2019, quando seu agressor foi julgado e condenado em primeira instância a 28 anos de prisão. Suas histórias espelham a de tantas outras mulheres que convivem diariamente com os mesmos tipos de agressão que elas um dia sofreram.

O presente capítulo aborda a violência contra o gênero feminino, abordando suas raízes e a forma como se propaga na sociedade. Também aqui será abordado o histórico das mulheres na legislação brasileira, além de discutir as formas de enfrentamento da violência existentes no Brasil, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio.

A violência contra as mulheres é um problema de escala global, evidenciado em reuniões de repercussão mundial, como as promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁰. A situação das mulheres brasileiras, em particular, assume

¹⁰ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ByFCMhEa1XM>>

uma característica ainda mais preocupante, uma vez que o Mapa da Violência de 2015¹¹ apontava o Brasil como o quinto país com mais homicídios de mulheres. O passar dos anos não trouxe estatísticas promissoras. De acordo com o Mapa da Violência Contra a Mulher 2018¹², elaborado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) da Câmara dos Deputados, uma mulher é agredida fisicamente no Brasil a cada 17 minutos. De 30 em 30 minutos, uma sofre violência moral ou psicológica. Os números evidenciam que a violência contra a mulher assume proporções gigantescas e preocupantes na sociedade brasileira. Os dados refletem uma realidade dolorosa: existir enquanto mulher é viver em perigo.

2.1 A raiz da violência

Para compreender essa situação, é preciso retornar às raízes da violência e retomar a questão do gênero enquanto conceito e fator social. Para começar, é preciso entender que ser mulher é uma construção. Como disse Simone Beauvoir na entrada do livro *O Segundo Sexo*,

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p.9).

Quando falamos de gênero, portanto, falamos de algo além do caráter sexual ou biológico do ser. Trata-se de um conceito, de uma ferramenta analítica e política, como explica Louro (2014).

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos (LOURO, 2014, p.25).

Como se sabe, a relação entre os gêneros foi construída historicamente pela desigualdade imposta dentro de uma sociedade patriarcal, onde “se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina” (SAFFIOTI, 2015,

¹¹ Disponível em: < https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>

¹² Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>>

p.136). Aqui, consideramos o patriarcado como um sistema/regime da dominação-exploração das mulheres entre os homens, que hoje opera na sociedade em conjunto com fatores de classe, etnia, entre outros, estabelecendo desigualdades.

Apesar de partirmos da das desigualdades, conseguimos conquistar direitos anteriormente negados. Contudo, estamos em 2019 e as mulheres ainda estão longe de alcançar equidade em relação aos homens. Essa condição pode ser vista como consequência do patriarcado, que se adapta para continuar funcionando enquanto sistema social que oprime e assassina mulheres diariamente.

O importante a reter é que a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação no parlamento brasileiro e demais postos eletivos políticos. Se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre sua mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no Código Penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade. Acrescente-se o tradicional menor acesso das mulheres à educação adequada, à obtenção de um posto de trabalho prestigioso e bem remunerado. Este fenômeno marginalizou-as de muitas posições no mercado de trabalho (SAFFIOTI, 2015, p.106).

A dominação legitimada pelo patriarcado se estende por diversos âmbitos, e atinge as mulheres desde a infância. Dentro de suas casas, as mulheres viram - e até hoje veem - seu destino nas mãos dos homens da sua vida. Nas famílias que moravam no interior, geralmente as mais humildes que conviviam com escassez de alimentos, não são incomuns relatos de que os melhores pedaços de carne ou as melhores frutas eram servidas aos homens da casa (marido, filhos, pai e irmãos), primeiramente, pois deles provinha o sustento. Ainda hoje há dificuldade em se aceitar a dona-de-casa como uma figura que enfrenta uma real jornada de trabalho. O trabalho doméstico, necessário à manutenção da vida de todos, não é considerado trabalho. Quando eu era criança, meu pai tinha prioridade no uso da poltrona mais confortável, não importava quem estivesse sentado. Não lembro em que momento fui ensinada que deveria levantar para o meu pai sentar, apenas sabia. Seja em algo pequeno, trivial, como o direito ao conforto dentro de casa, seja em situações extremas do cotidiano, como o direito ao alimento, vivíamos e ainda vivemos em uma estrutura que beneficia sempre o masculino.

2.2 A posse da mulher

Ainda que a opressão vivida pelas mulheres não se resuma às suas relações pessoais – o patriarcado é um sistema fundido em todas as relações sociais,

afetando mulheres no ambiente acadêmico, profissional e político –, é dentro das relações amorosas – com o agressor pertencente ou não ao bojo familiar da vítima – que se encontra a maioria dos casos de violência contra as mulheres. Existe um processo de objetificação da existência feminina. A mulher deixa de ser sujeito para virar posse de um alguém, que por ser seu dono tem direito de decisão sobre todos os aspectos de sua vida: é minha para ficar, é minha para largar, é minha para bater e é minha para matar.

Praticada majoritariamente por seus parceiros, a violência é uma expressão do desejo de controlar e dominar. A violência doméstica não se manifesta através uma única face: pode ser física, mental, psicológica, sexual e até patrimonial. Por estarmos todos sujeitos ao patriarcado, não existe, também, ninguém imune ao seu funcionamento. Ele se manifesta em famílias ricas ou pobres, em diferentes idades, visto que,

em sociedades patriarcais, a condição feminina é o fator de risco mais importante para a violência letal, embora possa haver maior incidência em mulheres que possuem condicionantes raciais, étnicos, de classe social, ocupação ou geracionalidade (MENEGBEL, 2017, p.3079).

As agressões sofridas pelas mulheres são consequência do modelo patriarcal, uma vez que “as causas destes crimes não se devem a condições patológicas dos ofensores, mas ao desejo de posse das mulheres, em muitas situações culpabilizadas por não cumprirem os papéis de gênero designados pela cultura” (MENEGBEL, 2017, p.3079).

Nos casos extremos, em que a violência vira caso de morte, o último ato provavelmente não foi o primeiro. A casa que Maria da Penha chamava de lar, por exemplo, já era um local de crime muito antes do episódio do disparo. A maioria das mulheres agredidas acaba enfrentando um contínuo de violência, que se desenvolve de forma cíclica. O Ciclo da Violência geralmente se desenvolve em três etapas: a tensão no relacionamento, com crises de ciúme, ameaças, agressões verbais; a explosão da violência, quando ocorrem os tipos de agressão mais graves; e, por fim, a fase da lua-de-mel, quando o agressor, por medo de perder a companheira – e com isso, sua posição de posse e controle sobre a outra pessoa –, demonstra remorso e tenta agir de forma compensatória, de forma a justificar a permanência da mulher. Logo em seguida, a fase apaixonada será novamente eclipsada pelo início de novas tensões.

Conhecer o Ciclo de Violência é essencial para que as pessoas saibam reconhecê-lo não só nas suas próprias relações, mas também dentro das relações de outras pessoas. É, sobretudo, uma situação de difícil enfrentamento, em que a saída para as mulheres é quase impossível sem ajuda.

A violência doméstica ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. Até que isto ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela (SAFFIOTI, 1999, p.85).

Muitos são os fatores que levam a mulher a permanecer em uma relação violenta. O risco da morte vindo de um rompimento, a vergonha, a dependência econômica ou afetiva, as ameaças sofridas e, inclusive, o sentimento de esperança que o companheiro possa mudar o comportamento. Para além, ainda existe o julgamento da sociedade que culpabiliza a mulher pelas agressões que sofreu, como se qualquer atitude sua pudesse justificar o ato de violência.

2.3 Os direitos da mulher na legislação brasileira

A vida das mulheres sempre foi permeada pelas lutas que precisaram enfrentar. Essa história pode ser percebida, inclusive, por meio das legislações que vigoravam no país durante os anos. As leis são determinantes para a vida das pessoas que por elas são regidas. Contudo, quando analisamos o histórico de legislações que já regeram o Brasil, nota-se que o gênero assume um papel importante na hora de ditar o que era ou não permitido, contribuindo para sedimentar os espaços designados para as mulheres dentro da sociedade.

O não-espaço da mulher é visto com bastante clareza na Constituição de 1824, do período imperial brasileiro. Quando foi criada, eram considerados cidadãos apenas homens com 25 anos ou mais e todos os que tivessem renda de 100 mil-réis, no mínimo. Excluíram-se escravos e mulheres. Estas só recebem menção no texto constitucional para tratar da questão da sucessão. Excluídas politicamente, seus espaços de atuação são reduzidos aos lares, onde também eram subordinadas aos pais ou maridos. Foi só em 1879 que o governo brasileiro, no Império, possibilitou que as mulheres cursassem o ensino de terceiro grau. No entanto, “as que buscaram este caminho estavam sujeitas ao preconceito social por seu comportamento contra a “natureza”” (SANTOS, 2009, p.4).

Já na Primeira República, a Constituição de 1891 estabeleceu o sufrágio universal masculino para todos os brasileiros alfabetizados maiores de 21 anos de idade, exceto analfabetos, mendigos, soldados e religiosos sujeitos ao voto de obediência. Mulheres não foram sequer consideradas. “Não havia exclusão expressa à mulher do voto porque não havia a ideia da mulher como um indivíduo dotado de direitos, tanto que várias mulheres requereram, sem sucesso, o alistamento” (SANTOS, 2009, p.5). As leis da época contribuíram, assim, para a manutenção dos espaços permitidos para as mulheres dentro da sociedade.

Após décadas de luta, as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto na esteira da chamada Revolução de 1930. O tema foi incorporado à Constituição de 1934 – a primeira a contar com presença feminina em sua comissão –, que também estabeleceu alguns outros direitos, dando atenção especial para questões de trabalho e maternidade. A constituição incorporou um decreto de 1932 sobre a proibição de trabalho da mulher em local insalubre, a igualdade de salário e, também, a concessão de descanso no período anterior e posterior ao parto.

O texto acabou vigorando por pouco tempo, sendo substituída pela Constituição de 1937, outorgada pelo Estado Novo. Em um período caracterizado pela pouca autonomia dos trabalhadores,

no Brasil, desafortunadamente, a mulher, da mesma forma que os homens do povo, não tiveram participação efetiva na construção da República, até mesmo para os positivistas ortodoxos, para os quais as mulheres eram superiores, todas elas eram consideradas como pilar fundamental da família, guardiãs do lar (SANTOS, 2009, p.8).

Já no período que se segue à II Guerra Mundial, a Constituição de 1946 retomou valores dispostos no texto de 1934. No entanto, conforme aponta Santos (2009, p.11), a “legislação foi introduzida num ambiente de pouca participação política e de precária vigência dos direitos civis”. Em 1962, houve a conquista do Estatuto da Mulher Casada, que estabelecia a plena capacidade da mulher casada aos 21 anos de idade, colocando-a como colaboradora do marido no âmbito família. Como o próprio nome do estatuto diz, esta foi, contudo, uma conquista de poucas – uma reflexão que podemos estender para tantos outros direitos adquiridos posteriormente, inclusive nas lutas atuais, porque, entre as mulheres, também existe uma hierarquia no acesso a direitos.

A Constituição de 1967 passou a vigorar em um período crítico e traumático da história do Brasil – a ditadura militar que vigorou no País de 1964 a 1985. Produto de um regime opressor, a carta intensificou os poderes delegados ao Executivo, permitindo inclusive que o presidente da República tivesse o poder de fechar o Congresso Nacional e coibir as ações do Poder Legislativo, suspendendo direitos políticos e cassando mandatos.

As características repressivas da ditadura militar perpassavam todas relações sociais. As mulheres, obviamente, foram as grandes vítimas do período.

A censura foi adotada desde os primeiros dias da ditadura e se manteve durante todo o período ditatorial. Aliás, a misoginia da ditadura andava de mãos dadas com a censura. Houve, de maneira especial, a censura aos assuntos referentes às mulheres, sob alegação da defesa da família, da moral e dos bons costumes. A Revista Realidade, n. 10, de janeiro de 1967, foi totalmente vetada pela censura por abordar o resultado de uma pesquisa sobre o que as brasileiras pensavam. Foram entrevistadas 1.200 mulheres sobre casamento, parto e maternidade, sexualidade, religiosidade (TELES, 2015, p.1006).

Também datam desta época inúmeras violações físicas e psicológicas sofridas pelas mulheres, que assumem outro patamar ao serem permitidas, incentivadas e praticadas pelo poder do Estado. Mulheres da militância política, esposas e filhas de homens envolvidos na luta contra a ditadura sofreram nas mãos de ditadores que usavam a tortura como estratégia política.

Com o fim do regime e o conseqüente início de um processo de redemocratização, o primeiro governo civil pós-ditadura militar, convoca uma Assembléia Nacional Constituinte com o objetivo de redigir uma nova Constituição. É dessa forma que, depois dois anos de trabalho, é promulgada a Constituição Federal de 1988, que conquistou grandes avanços na área dos direitos humanos. Em seu Artigo 5º, por exemplo, a Constituição Cidadã, como ficou conhecida, dá plena cidadania às mulheres, “deflagrando, desse modo, uma verdadeira revolução no que tange à inserção feminina nos espaços sociais” (SANTOS, 2009, p.12). É pela luta feminista que as mulheres conseguem a garantia de direitos dentro do texto constitucional, provocando uma mudança radical e significativa no âmbito político e social brasileiro.

Desde meados da década de 70, o movimento feminista brasileiro tem lutado em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, dos ideais de Direitos Humanos, defendendo a eliminação de todas as formas de discriminação, tanto nas leis como nas práticas sociais. De fato, a ação

organizada do movimento de mulheres, no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, ensejou a conquista de inúmeros novos direitos e obrigações correlatas do Estado, tais como o reconhecimento da igualdade na família, o repúdio à violência doméstica, a igualdade entre filhos, o reconhecimento de direitos reprodutivos, etc. (BARSTED¹³ apud PIOVEZAN, 2008, p. 3).

Atualmente, os desafios seguem para que a igualdade garantida pela Constituição seja praticada e percebida no cotidiano. Para isso, as leis – e, especialmente, seu cumprimento – precisam se aprimorar para entregar às mulheres a possibilidade de uma vida digna e sem riscos por sua condição de gênero. Em tempos de conservadorismo e de retirada de direitos como, por exemplo, na reformulação da Lei Trabalhista e na Lei da Aposentadoria, a ameaça à vida feminina também cresce. Inclusive, tem sido incentivada por quem deveria zelar pelo bem-estar: no fim de outubro do ano de 2019, o governador do estado de São Paulo, João Dória, vetou um projeto de lei que determinava a elaboração de estatísticas periódicas sobre as mulheres vítimas de violência atendidas pelos serviços públicos no estado paulista¹⁴. No início do ano, Dória já havia negado outro projeto que ajudava no combate à violência contra a mulher, vetando a obrigatoriedade de funcionamento 24 horas das Delegacias da Mulher de São Paulo. Um local adequado de acolhimento e a elaboração de estatísticas são imprescindíveis para a análise dos problemas, bem como para a efetividade das leis de repressão da violência. A partir do momento em que se nega uma oportunidade para melhorar o acolhimento às mulheres e a elaboração de dados, nega-se também a chance de uma melhor condição de existência para as mulheres

2.4 A Lei Maria da Penha

Vinte e três anos separam o tiro levado por Maria da Penha e a criação da lei que leva seu nome. Nessas mais de duas décadas, ela não deixou de lutar em causa própria e também pela causa de outras mulheres que, assim como ela, sofreram e sofrem violência dentro de seus relacionamentos.

Após acompanhar o arrastar traumático do caso na justiça – seu ex-marido só teria o primeiro julgamento oito anos depois do crime, em 2002 - foi formado um

¹³ BARSTED, Leila Linhares. Lei e realidade social: igualdade x desigualdade. In: **As mulheres e os direitos humanos**. Coletânea Traduzindo a Legislação com a perspectiva de gênero. Rio de Janeiro: Cepia, 2001.

¹⁴ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/joao-doria-veta-projeto-de-lei-do-psol-inspirado-em-marielle-franco-24039306>>

Consórcio de ONGs Feministas com o intuito de criar uma lei que combatesse a violência doméstica. Passando por votação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a lei foi sancionada em agosto de 2006.

A lei veio para mudar a lógica de enfrentamento desse tipo de agressão. Antes dela, o crime era visto como de menor potencial ofensivo e sua punição era leve, como prestação de serviços ou pagamento de cestas básicas. Na Lei Maria da Penha, esse tipo de pena é, inclusive, vedado pelo artigo 17º. Para além da punição, a lei também estabelece formas de combater a violência doméstica e familiar a partir de políticas públicas de prevenção, criando uma rede de apoio para as mulheres e famílias envolvidas nos casos.

A legislação também trata sobre a criação de políticas públicas de prevenção, bem como assistência e proteção às vítimas. Ela prevê, ainda, a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e institui as medidas de proteção de caráter urgente.

Ela depende, contudo, da efetividade de sua aplicação.

As culturas político-jurídicas das instituições governamentais e as estruturas dos órgãos estatais não são homogêneas. Além da resistência ideológica que já se verifica em muitos operadores do Direito para reconhecer a constitucionalidade da Lei “Maria da Penha”, os órgãos estatais enfrentam dificuldades materiais para implementar todas as medidas que a lei prevê (SANTOS, 2008, p.31).

Os desafios são vários, desde a falta de Delegacias da Mulher quanto o despreparo no atendimento ao lidar com as vítimas ou qualquer outra situação que resulta na falta de efetividade da lei. A mulher que vence a batalha mais difícil, que é a de procurar ajuda, não precisa também ser maltratada pelo Estado, que tem o dever de protegê-la.

É pela omissão do Estado que, muitas vezes, o ciclo da violência atinge um ponto sem retorno: a morte. Várias são as mulheres que morrem mesmo após obter medidas protetivas contra seus agressores. A mulher que deposita sua confiança na Lei Maria da Penha deveria ter a segurança de que não mais está sozinha para enfrentar a situação.

2.5 A Lei do Femicídio

A morte é a expressão máxima assumida pela violência contra a mulher. Tanto Maria da Penha, baleada e eletrocutada pelo marido, quanto Bárbara, queimada pelo ex-companheiro, puderam sentir na própria carne a força do ódio na forma mais extremada. Por sorte, sobreviveram. Na época em que os crimes foram cometidos, a morte gerada pela violência contra a mulher não recebia nenhum tipo de tratamento diferenciado. As perspectivas só mudaram em 2015, quando sancionada a Lei 13.104/15, a Lei do Femicídio¹⁵.

Em briga de marido e mulher, nós achamos que se mete a colher, sim, principalmente se resultar em assassinato. Meter a colher nesse caso não é invadir a privacidade, é garantir padrões morais, éticos e democráticos. E o estado brasileiro deve meter sim, a colher, a sociedade brasileira idem, deve meter a colher (BRASIL, 2015).

Essa foi a fala da presidenta Dilma Rousseff na cerimônia de sanção da Lei do Femicídio. Contrariando o senso comum, que determina a não intromissão nas relações conjugais, a presidenta chama Estado e sociedade à responsabilidade pelo cuidado da vida das mulheres.

A lei alterou o Código Penal, tipificando de feminicídio uma modalidade de homicídio qualificado – crime cometido em circunstâncias agravantes – quando cometido “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino” (BRASIL, 2015). Essas condições são elencadas no § 2º-A do art. 121 do Código Penal como violência doméstica e familiar contra a mulher, menosprezo à condição de mulher e discriminação à condição de mulher. A pena para quem comete um feminicídio pode variar entre 12 e 30 anos – diferente do homicídio simples, que varia entre 6 a 20 anos. A diferença do feminicídio em relação a outros crimes de homicídio foi considerada necessária porque,

estatisticamente há menos assassinatos de mulheres do que de homens, porém, enquanto os homens são mortos por outros homens em ambientes públicos, as mulheres, em sua maioria, são assassinadas em contextos domésticos por homens com os quais mantinham relações de intimidade. Grande parte dos crimes de gênero perpetrados contra mulheres, especialmente os feminicídios íntimos, ocorre após uma longa rota de violências e constituem mortes anunciadas (MENEZES, 2017, p.2).

O uso do termo feminicídio ainda é recente. Nasceu na década de 90, com a antropóloga mexicana Marcela Legarde, trazendo em seu significado uma condição política.

¹⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>

Para que se dê o feminicídio concorrem de maneira criminal o silêncio, a omissão, a negligência e a conveniência de autoridades encarregadas de prevenir e erradicar esses crimes. Há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer. Mais ainda quando as autoridades não realizam com eficiência suas funções. Por isso o feminicídio é um crime de Estado (LEGARDE apud PASINATO, 2011, p. 232).

Desde sua tramitação, a Lei do Feminicídio encontra diversas críticas técnicas, além de enfrentar dúvidas sobre a sua efetividade no enfrentamento da violência. Fala-se sobre a perpetuação de um sistema punitivista, levando em conta a falência do sistema penal e a perpetuação do sofrimento.

Quanto ao texto da lei, há críticas também quanto ao fato de o termo gênero feminino ter sido substituído por sexo feminino. Ao relacionar o sentido de feminino ao sexo biológico, a lei contraria a concepção de mulher como gênero, enquanto ser socialmente construído, propiciando a exclusão de transsexuais e travestis.

Utilizar o sexo como critério definitorial do feminicídio é, para além de uma clara tentativa de esvaziamento do seu conteúdo político, também uma transgressão de todo o conteúdo sociológico do conceito que se constituiu muito antes de ele se firmar como categoria jurídico-legal (MACHADO; ELIAS, 2018, p.288).

Contudo, a troca de expressões não deslegitima a lei e, inclusive, demonstra o enfrentamento nas tentativas de diminuir a sua potência e o seu alcance, que vai além de uma posição simbólica (MACHADO; ELIAS, 2018). Ela não deve ser vista, tampouco, como única solução. É preciso admitir que o efeito político prático da criminalização existe, uma vez que permite dar um passo em direção a uma sociedade menos desigual.

3 O FEMINICÍDIO NO JORNALISMO

Feminicídios não são incomuns dentro do mundo noticioso. Nos últimos anos, alguns casos ganharam uma grande repercussão na mídia. É o caso de Eloá Pimentel, morta pelo ex-namorado Lindemberg Fernandes em 2008. Também aconteceu com Elisa Samúdio, morta em 2010 a mando do ex-goleiro do clube de futebol Flamengo, Bruno Fernandes.

A grande atenção a estes casos específicos vão além do fato da morte. Com Eloá, a cobertura iniciou em seu sequestro e cárcere, passando pela irresponsabilidade de um programa de televisão fazer uma entrevista com o sequestrador pelo telefone, e terminando com os tiros que tiraram a vida da adolescente de 15 anos.

No caso de Elisa, o mandante do assassinato era famoso, jogador de um dos maiores times de futebol do Brasil. A figura do assassino era tão determinante para a atenção dada ao acontecimento que por muitas vezes a imprensa o chamou como “caso do goleiro Bruno”. Invisibilizada até mesmo na história de sua morte, Elisa nunca teve seu corpo encontrado. A repercussão segue nove anos após o fato, já que em outubro de 2019, o jogador alcançou o regime semi-aberto e foi contratado por um clube profissional. Em muitas notícias, Elisa, que pouco foi protagonista, agora é apenas sombra na volta de Bruno aos gramados.

No presente capítulo, falaremos sobre o papel do jornalismo enquanto participante na construção da realidade e a importância do espaço ocupado pelas notícias de feminicídio. Também serão abordados os critérios de noticiabilidade que permeiam o meio noticioso.

3.1 As notícias: do reflexo à construção social da realidade

A vida é uma experiência mediada. É por meio da mediação que a sociedade toma conhecimento da realidade. Para Motta (2002, p.2), vivemos sempre em um mundo de segunda mão, que nos é contato por algo ou alguém. Esse caráter mediador é intrínseco ao jornalismo. É por meio das notícias que as pessoas tomam conhecimento do que acontece ao seu redor, ajudando a “selecionar, priorizar, organizar, compreender e ordenar os acontecimentos de nossa realidade imediata” (MOTTA, 2002, p.2).

Estudiosos do jornalismo encontram diferentes formas de explicar o campo e a sua produção. Alguns trabalham a partir da teoria de que as notícias são, na verdade, um espelho da realidade. Essa concepção nasceu entre os séculos XIX e XX, junto à industrialização das notícias e a profissionalização da atividade do jornalista, aliada a um processo de democratização dos países. O jornal deixa de obedecer ao jogo político e partidário e passa a ser local de informação. Essa teoria merece uma atenção especial em nossos estudos, já que teve e ainda tem muito apelo dentro da comunidade jornalística. Essa constante adoção é explicada uma vez que

a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher as informações e relatar os fatos. (TRAQUINA, 2004, p. 149)

Deste modo, o jornalista passa a por um processo de apagamento: é visto como um observador, mero reproduzidor, que deixa de fora suas percepções pessoais. A partir deste ponto de vista, cria-se a ideia ingênua de que o jornalista – e, por consequência, o jornalismo – deve ser imparcial.

Partindo de uma perspectiva totalmente diferente, já na década de 70 tem início as teorias de ação política dentro do jornalismo. Aqui, as notícias são vistas como distorção a serviço de interesses políticos. Esta é uma visão “compartilhada” entre direita e esquerda, que a adaptam conforme seu interesse: a primeira pensa que as notícias são uma forma dos *media* questionar o capitalismo; a segunda pensa que é uma forma de manter o sistema.

Para além do reflexo e da distorção, as teorias construcionistas enxergam a notícia como uma construção social. Mais do que relatar a realidade, elas atuam na sua constituição e na forma como ela é percebida. Para Miquel Alsina (2009), “os jornalistas são, como todo o mundo, construtores da realidade ao seu redor. Mas também conferem estilo narrativo a essa realidade, e, divulgando-a, a tornam uma realidade pública sobre o dia-a-dia” (ALSINA, 2009, p.11). Ao contar o mundo para o mundo, as notícias levam dentro de si a cultura a qual pertence, os processos e estruturas as quais é subordinada, ao passo que também possuem papel ativo na construção destes mesmos marcadores.

A partir da teoria construcionista, as notícias seriam, então, “uma representação social da realidade cotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p. 14). É um produto final criado a partir de uma troca entre os agentes sociais: jornalistas, sociedade, comunidade profissional, fontes de informação (TRAQUINA, 2004). O sociólogo Michael Schudson (1995) vai de encontro a essa ideia ao dizer que as notícias são feitas por “pessoas que operam, inconscientemente, um sistema cultural, um depósito de significados culturais armazenados e de padrões de discurso” (SCHUDSON, 1995 apud Traquina, 2004, p. 170-171).

Operar esses significados culturais é levar o acontecimento para dentro de um lugar conhecido ao consumidor dessas notícias. Para Stuart Hall (1978):

Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os ‘mapas de significado’ que já constituem a base do nosso conhecimento cultural (...). A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual as *mídia* tornam o mundo a que fazem referência inteligível a leitores e espectadores (HALL, 1978 apud TRAQUINA 2004, p. 171).

É, portanto, a partir da essencial inserção no meio cultural que as notícias dotam o acontecimento de significado. E é isso que o consumidor recebe: um produto já embebido, interpretado e narrado em sentidos diversos.

Falar sobre feminicídios nos jornais é contribuir para a construção social do entendimento do fenômeno e da sua problematização. Apesar de não ser uma função exclusiva sua, as notícias são para muitas pessoas a única forma de obter conhecimento sobre o mundo ao seu redor. Explica Cândida Hansen (2015):

Isso faz com o que delineamento que a mídia realiza a partir dos consensos sociais seja importante de duas maneiras: é a mídia que define para a maioria da população quais são os acontecimentos significativos (ou seja, o que é notícia) e também oferece interpretações acerca da forma de compreender esses acontecimentos. (HANSEN, 2015, p. 9).

A forma como os significados são atribuídos às notícias impactam diretamente na vida das pessoas. Em casos de feminicídio, os critérios empregados na seleção e na construção do texto, as referências culturais aplicadas e os sentidos atribuídos tomam outra dimensão: um determinado delineamento do acontecimento pode gerar a conscientização de que longe de serem casos isolados, os crimes noticiados fazem parte de algo muito maior, institucionalizado pela cultura machista

de uma sociedade que ainda é passiva à morte das mulheres por sua condição de gênero.

3.2 O feminicídio dentro dos valores-notícia

Para entendermos de que forma o feminicídio ganha espaço dentro do jornalismo, precisamos perguntar: como nós, profissionais, decidimos o que merece o realce, a atenção do público? Traquina (2008) explica o processo pelas palavras de Bourdieu: “Os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de uma certa maneira as coisas que veem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado” (BOURDIEU, 1997 apud TRAQUINA, 2008, p. 77). Reforçado aqui o papel do jornalista como construtor da realidade, Traquina aponta que essas lentes pelas quais o jornalista enxerga são os valores-notícia que ele emprega na hora de produzir (2008, p.77).

Esses critérios podem ser divididos entre dois grupos: os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção. Em seus estudos, Mauro Wolf (1987) ressaltou que os valores-notícia perpassam todo o processo jornalístico, estando presentes de diferentes formas na hora de selecionar quais acontecimentos devem virar notícias e, também, na hora de construir o texto noticioso. Os dois grupos merecem ser examinados com mais atenção, para contemplar suas peculiaridades.

3.2.1 *Valores-notícia de seleção*

O uso dos óculos citados por Bourdieu precede a escrita da primeira linha do texto jornalístico. Antes de transformar o acontecimento em notícia, escolher o que ganha espaço no jornal e o que é deixado de lado, os profissionais usam os valores notícia de seleção. Traquina divide os valores de seleção em subgrupos. No primeiro, estão os critérios substantivos, que possuem relação direta com o acontecimento enquanto sua importância e interesse noticioso. No segundo subgrupo, estão os critérios contextuais, aplicados ao contexto do trabalho e da produção jornalística.

“Onde há morte, há jornalistas”, afirmou Traquina (2008, p. 79) ao elencar a morte como o primeiro valor-notícia do subgrupo substantivo. Para o autor, ela se configura um critério fundamental, além de explicar o negativismo percebido nas produções jornalísticas (TRAQUINA, 2008, p. 79). Na presente pesquisa, ela está

sempre presente: estudamos notícias que foram selecionadas a partir do valor dado pelo assassinato de mulheres, partindo do pressuposto que, enquanto problema social latente, seu lugar dentro dos espaços jornalísticos deve ser respeitado.

A notoriedade também é um critério de seleção: quem tem fama aparece mais. A morte e a notoriedade muitas vezes vêm combinadas. Não é difícil lembrar-se de situações em que a programação da televisão foi interrompida, por exemplo, pela notícia da morte de alguém famoso. Nos casos de feminicídio, a notoriedade pode vir tanto da parte de quem foi morta, de quem cometeu o assassinato ou de algum outro envolvido, como membros de família. Algumas raras vezes, a notoriedade é de todos os atores. É o caso da atriz Daniella Perez, morta em 1992 pelo Guilherme Pádua. Na época, Daniella, que era filha da autora de novelas Gloria Perez, fazia par romântico com Guilherme na novela “Corpo e Alma”, da Rede Globo. Em função da notoriedade dos personagens envolvidos e das circunstâncias do crime, a morte de Daniella continua sendo lembrada pela mídia.

A proximidade também aparece como um valor-notícia. Traquina frisa que ela pode ser tanto geográfica quanto cultural. No ano de 2019, um aluno intercambista da UFRGS foi encontrado morto na China. Ainda que o crime tenha ocorrido em outro continente, o acontecimento atingiu e repercutiu entre o povo gaúcho, em especial na comunidade acadêmica. Também foi o caso da morte de Paloma Barreto, gaúcha que foi morta a facadas na Espanha em setembro de 2019. O suspeito da morte era o atual companheiro da vítima.

A relevância é outra marca criteriosa, que determina o valor de um acontecimento com base no impacto que ele gera no âmbito macro na sociedade. Nos últimos anos, o Brasil tem acompanhado grandes coberturas sobre desastres naturais, como o deslizamento de barragens em Mariana e Brumadinho, ambas em Minas Gerais. Traquina também traz a novidade e o tempo como critérios, salientando que “o mundo jornalístico interessa-se muito pela primeira vez” (TRAQUINA, 2008, p. 81). O fator tempo pode ser encarado pelo ponto de vista da atualidade, pela perspectiva de datas específicas, como aniversários e, ainda, enquanto espaço temporal em que um acontecimento se desenrola. A notabilidade também é um marcador: quanto mais palpável o acontecimento, mais chances ele tem de virar notícia.

O conflito, enquanto violência, também aparece como valor noticioso. E aliado a este sentido violento, o valor-notícia da infração: a sociedade é regida por regras e sua ruptura foge do normal. Assim, deve ser noticiada. E se contrariar a rotina, melhor ainda: o inesperado também é um fator chave para definir o que vira ou não notícia. Finalmente, o escândalo é o último critério noticioso substantivo elencado por Traquina. O autor cita o caso Watergate como exemplo, afirmando que “este tipo de acontecimento corresponde à situação mítica do jornalista como “cão de guarda” das instituições democráticas” (TRAQUINA, 2008, p. 85). Deste último, estamos íntimos: desde a metade de 2019, o Brasil vem acompanhando o jornal The Intercept e suas reportagens que denunciam a manipulação e o jogo político no Judiciário do país, em especial no Ministério Público Federal (MPF) e na Justiça Federal¹⁶.

Sobre os critérios contextuais, Traquina elenca cinco valores-notícia. O primeiro seria a disponibilidade de tornar a cobertura do acontecimento possível. Qualquer empresa precisa empregar recursos para operacionalizar e possibilitar a criação de seus produtos – que no caso dos jornais, é a notícia. Seria uma questão de custo-benefício: o acontecimento é colocado em uma balança onde se pesa a necessidade da cobertura, com base nos meios e recursos exigidos para sua realização. O equilíbrio também é colocado como um critério: se ultimamente o assunto já foi abordado, é possível que o acontecimento perca o espaço para o diferente, com o intuito de tornar o conteúdo mais abrangente.

De especial apelo em coberturas televisivas, a visualidade também marca presença como um valor-notícia. “Onde você estava nos atentados ao World Trade Center?” é uma pergunta comum não só nos Estados Unidos, local do ataque. Em 11 de setembro de 2011, as casas de todo o mundo foram invadidas com as imagens do avião colidindo com uma das torres, que desabaram logo em seguida. Por sua magnitude social e política, o ataque às Torres Gêmeas não necessitava

¹⁶ Em agosto de 2019, o portal de notícias The Intercept deu início a uma série de reportagens sobre a forte influência dos magistrados federais, em especial o então juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sergio Moro, nas operações de trabalho do Ministério Público Federal (MPF). O MPF era, na época, parte acusadora nos processos decorrentes da Operação Lava-Jato, que eram julgadas em primeira instância por Sergio Moro. O conteúdo divulgado colocava em dúvida a imparcialidade do processo de julgamento, pois apesar de serem partes de um mesmo sistema judiciário, o magistrado deve assumir uma postura isenta entre as partes, sem beneficiar ou interferir no trabalho do MPF. As matérias divulgadas tinham como base o conteúdo de conversas entre magistrados e procuradores em um aplicativo de comunicação. As conversas foram extraídas por um hacker, que enviou o conteúdo na íntegra para o portal de notícias.

exclusivamente da visualidade para ser noticiado. Contudo, o tamanho do impacto visual das imagens contribuiu para que muitos dos que acompanharam a tragédia na época ainda se lembrem de onde estavam, com quem estavam e o que estavam fazendo quando as viram pela primeira vez. Dentro do feminicídio, no entanto, a visualidade deve ser encarada com precaução. Afinal, o acontecimento em questão é a morte e, convencionalmente, não são exibidas explicitamente imagens com esse grau de violência. Mas não impede de ser usado: em 2013, as imagens do goleiro Bruno chorando no julgamento da morte de Eliza ganharam as telas e foram o destaque nas notícias sobre o caso¹⁷.

A concorrência é outro critério de noticiabilidade, já que o jornalismo está sempre em busca do furo. A importância do “dar primeiro” atingiu outros níveis na internet. Encontramos, por exemplo, notícias de primeira mão que não informam nada: textos de duas frases seguidas da sentença “maiores informações em breve”. E por último, tem-se como critério o próprio dia noticioso. Acontecimentos competem entre si e, especialmente nos jornais impressos e televisivos, é impossível ter espaço para todas as notícias do dia.

3.2.2 Os valores-notícia de construção

Esses são os critérios que tratam de elementos presentes nos acontecimentos noticiosos, selecionando-os. Conforme Traquina (2008, p. 78), esses valores “funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia”. Para o autor, os valores de construção são seis: a simplificação, a amplificação, a relevância, a personalização, a dramatização e a consonância.

Na simplificação, a regra é clara: quanto menos complexa, melhor compreendida ela é. “Por simplificação, portanto, entendemos tornar a notícia menos ambígua, reduzir a natureza polissêmica do acontecimento” (TRAQUINA, 2008, p. 91). Já na amplificação, quanto mais amplificado é o acontecimento, maior a possibilidade esse fato tem de ser notado pelo leitor. O valor está na amplificação do ato, nas suas consequências ou nos seus personagens.

¹⁷ Matéria exibida no jornal MGTV, da Rede Globo, em 4 de março de 2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2439641/>>

O critério de relevância funciona da seguinte maneira, conforme afirma Traquina: quanto mais “sentido” a notícia traz para o acontecimento, maiores as chances dela ser notada (2008, p. 91). O autor afirma sobre a responsabilidade do jornalista em fazer o acontecimento se tornar relevante e significativo ao público. Já a personalização trata da valorização dos personagens dentro dos acontecimentos para aumentar as possibilidades da notícia ser reconhecida. Com o critério da dramatização, a notícia traz um lado mais emocional. E, por último, com o valor-notícia da consonância “implica a inserção da novidade num contexto já conhecido, com a mobilização de ‘estórias’ que os leitores já conhecem” (TRAQUINA, 2008, p. 92). É trazer o novo a um universo comum, ajudando o leitor a criar pontes entre os saberes e acontecimentos.

Em um país onde os dados sobre a violência contra as mulheres são alarmantes, suas mortes acabam tornando-se um assunto constante dentro das coberturas noticiosas. Seja na seleção desses acontecimentos para figurar entre as notícias ou na própria forma como esses textos são construídos, o jornalismo atua como uma instituição que aproxima sociedade, fatos e problemas, podendo ou não contribuir para “reverter uma prática arraigada em uma sociedade machista, patriarcal, que justifica ou minimiza atos de grande violação” (OJEDA; MIGUEL; JARA, 2017, p.2).

4 METODOLOGIA

Enquanto jornalistas, nossas rotinas dentro das redações fazem-nos passear por diversos cenários, conhecendo diversas pessoas. Promovemos encontros entre as histórias que encontramos e os leitores, espectadores, ouvintes. Particularmente e, na medida do possível, sempre preferi escrever sobre o que pouco encontro nos veículos. Em uma palestra na Faculdade de Comunicação da Uniritter, em abril de 2019, o jornalista Caco Barcellos falou sobre o trabalho do programa Profissão Repórter, da Rede Globo, e ressaltou a importância de direcionar o olhar – e a câmera – para quem nunca tem sua história contada: menos para os moradores do condomínio de luxo atingido por balas perdidas, mais para quem vive na origem dos tiros, na favela.

Então, como nasce uma pesquisa sobre jornalismo? Ainda que a construção seja totalmente diferente, penso que pesquisar, especialmente dentro de uma instituição pública, nasce de uma mesma lógica do fazer noticioso: a inquietude sobre um assunto, sobretudo os pouco analisados. A necessidade de conferir, verificar, trazer à tona e colocar em evidência os modelos de informação pelos quais tomamos conhecimento sobre o mundo. E, no fim, com o resultado da pesquisa, também promovemos encontros entre os nossos saberes e os dos leitores. Produzir uma análise sobre um produto jornalístico é pensar sobre a sociedade, sobre seus valores e normas. E, sobretudo, pensar sobre as histórias que nos contam diariamente.

No presente trabalho, procura-se analisar a forma como os casos de feminicídio são transformadas em notícias. A análise toma como objeto empírico o jornal *Diário Gaúcho*, em circulação em Porto Alegre e Região Metropolitana (RS).

4.1 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é o passo inicial da pesquisa. Em um primeiro momento, fez-se o “estado da arte” do tema, tomando conhecimento sobre o que tem sido produzido quanto ao feminicídio no jornalismo dentro do ambiente acadêmico. Nessa pesquisa inicial, recolheram-se dados sobre quais objetos empíricos têm sido analisados com mais frequência, além das metodologias empregadas. A partir do reconhecimento da produção já realizada, pode-se traçar

uma estratégia de análise para que a pesquisa pudesse contribuir e ampliar os estudos já publicados sobre o assunto, dando atenção especial para outros trabalhos do gênero produzidos por alunos da UFRGS.¹⁸

Graças à internet, tem sido cada vez mais fácil acessar e conhecer as pesquisas de todo o país. Consultou-se, primeiramente, a biblioteca da UFRGS, que nos últimos anos têm visto crescer sua produção de conhecimento sobre violência contra a mulher e feminicídio no jornalismo. Também foram observados acervos acadêmicos de outras universidades, públicas e privadas, como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Referências também foram extraídas do Banco de Teses da Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e das publicações da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).

A pesquisa bibliográfica foi, também, base para a construção dos capítulos que antecedem este. A partir dela, conseguiu-se explicar a atuação do jornalismo na construção da realidade e, também, o modo como opera dentro da temática da violência. Foi por meio do aporte teórico obtido, também, que se tornou possível o desenvolvimento desse trabalho para além das questões que envolvem o jornalismo, desenvolvendo as ideias sobre gênero, patriarcado e violência contra a mulher.

4.2 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo (AC) é a metodologia para trabalhar os textos constitutivos do *corpus* do presente estudo. A Conforme HERSCOVITZ (2008, p. 123), a AC é um método muito útil dentro das pesquisas sobre jornalismo, uma vez que

pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas (HERSCOVITZ 2008, p. 123).

¹⁸ Destaca-se os trabalhos de conclusão de curso em Jornalismo “Violência de gênero contra a mulher e a construção social da notícia: uma análise de casos de feminicídios no G1” (CASAGRANDA, 2016) e “Os sentidos e as vozes no discurso sobre feminicídio do jornal Zero Hora” (MORAES, 2019).

A análise de conteúdo começou a ser utilizada em estudos sobre mídia nos Estados Unidos, na Escola de Jornalismo de Columbia. Porém, foi nos estudos sobre propaganda, de Harold Lasswell, em 1927, que a análise de conteúdo despontou. Entre as décadas de 40 e 50, período em que corria a Segunda Guerra Mundial, Lasswell continuou seus estudos tomando como objeto de análise jornais e periódicos que estavam sob suspeita de produzir propaganda nazista. Na época, a AC foi definida como “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto na comunicação” (BERELESON, 1952 apud BARDIN, 2016, p. 24).

Contudo, sua popularidade se deve à professora francesa Laurence Bardin, que escreveu o livro *Análise de Conteúdo*, em 1970, onde, diferentemente de Bareleson, define-a como um método híbrido, consolidando-a como uma metodologia que possibilita análises quantitativas e qualitativas. A autora define a AC como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016, p.48).

A autora enfatiza que a metodologia não é um instrumento, mas “um leque de apetrechos” passível de adaptação e aplicação em um campo vasto (BARDIN, 2016, p. 37).

É com base na metodologia desenvolvida por Bardin que as notícias deste trabalho são analisadas. Para a autora, a pesquisa deve seguir três etapas: a pré-análise, quando ocorre a organização do material a ser investigado; a exploração do material, onde o corpus delimitado passa pela análise baseada em parâmetros pré-estabelecidos; e a fase de tratamento e interpretação dos resultados, momento em que são feitas inferências e interpretações sobre os resultados obtidos.

Para as 15 matérias que constituem o corpus desta pesquisa, foram estabelecidos os seguintes indicadores de análise: a presença de manchete na capa, as editoriais nas quais foram publicadas as matérias, o gênero dos textos, sua paginação e posição na página, tamanho, a quantidade e os tipos de fontes citadas e, por fim, a presença do termo feminicídio. O mapeamento das variáveis foi feito de

modo quantitativo, e foi organizado em gráficos apresentados no capítulo seguinte para uma melhor compreensão do todo. Já a análise qualitativa foi feita a partir da inferência e da interpretação dos dados obtidos.

4.3 Critérios de noticiabilidade

Na presente pesquisa também foram identificados os valores-notícia empregados nos textos jornalísticos. Para isso, tomamos como base os critérios de noticiabilidade de Nelson Traquina (2008).

Consideramos para o estudo os seis critérios de construção anteriormente conceituados – simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância. Serão analisados os valores-notícia encontrados em cada uma das 15 matérias do corpus. Decidiu-se pela análise unicamente dos critérios de construção por entender que os demais critérios fogem ao tamanho e interesse desta pesquisa.

4.4 Objeto empírico

A escolha do jornal Diário Gaúcho se deu pela sua representatividade na circulação entre as camadas populares do Rio Grande do Sul, em especial na Região Metropolitana de Porto Alegre. Mostrou-se de vital importância analisar como estão estruturadas as notícias que essas mulheres mais expostas às vulnerabilidades recebem.

Conforme informações do Grupo RBS, proprietário do jornal, em média 75% dos leitores são da classe C¹⁹. Com preço mais acessível que seus concorrentes – em novembro de 2019, época de conclusão da pesquisa, o DG custava R\$1,50 – e a disponibilização de brindes, o jornal é vendido em diversos comércios estabelecidos dentro de bairros periféricos – em muitos casos, é o único jornal vendido na região. Em circulação desde os anos 2000, o jornal consolidou uma relação de proximidade com o leitor. Atualmente, a circulação média do DG é de 130 mil exemplares por dia, sendo o 7º jornal em circulação do Brasil e o 3º jornal popular mais lido do país.

Atualmente, integra o corpo do jornal a seção “Seu problema é nosso”, onde, além de apurar assuntos importantes na rotina da população, dando especial

¹⁹ Disponível em: <<https://www.gruporbs.com.br/atuacao/diario-gaucha/>>

atenção às pautas de saúde pública, também publica alertas enviados pela população. Na mesma página, os leitores têm publicados seus poemas e fotos.

Essa participação do leitor nas páginas do DG cresceu ainda mais com a tecnologia dos smartphones: o jornal divulga seu próprio número no Whatsapp, para que os leitores possam entrar em contato para fazer pedidos, reclamações ou apenas deixar sua opinião.

O DG conta, ainda, com uma coluna do radialista Gugu Streit, um conhecido e popular comunicador da Rádio Farroupilha, veículo popular do mesmo grupo de comunicação. Em seu programa, Streit presta serviços à população. O tom de prestação de serviços é o mesmo em seu espaço na contracapa do Diário Gaúcho: publicam-se correntes de ajuda, alarmes sobre assaltos em áreas da cidade, entre outros informes. A figura do radialista é, também uma forma de aproximar ainda mais o público, uma vez que Streit é considerado um “amigo” para muitos de seus ouvintes.

4.5 O corpus

Para a análise, foram selecionadas notícias sobre feminicídio (consumado ou não) veiculadas no jornal Diário Gaúcho. O corpus é composto por 15 textos jornalísticos publicados no trimestre compreendido pelos meses de maio, junho e julho de 2019.

O período de coleta das matérias foi estabelecido considerando que em maio de 2019 os índices de feminicídio no Rio Grande do Sul cresceram 30% em relação ao ano anterior. O número vai na contramão dos dados de homicídio e latrocínio no mesmo período – caindo 17% e 50%, respectivamente. Uma vez que o jornal tem circulação diária, considerou-se o período de um trimestre suficiente para a análise a formulação de algumas conclusões.

Esse conteúdo foi identificado e selecionado a partir de leitura diária do jornal. Não foi usada nenhuma palavra-chave para pesquisa, como por exemplo “assassinato” e “mulher”, uma vez que nem todo assassinato de mulher é feminicídio. Optou-se, também, por não usar a palavra “feminicídio” como buscadora, pois se entendeu que o uso ou não do termo na construção dos textos também é um indicador possível de análise. Ou seja, as matérias foram

selecionadas a partir da observação de seu enquadramento na tipificação do crime com base nas circunstâncias e fatos apresentados sobre os casos.

5 MULHERES QUE MORREM: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO DIÁRIO GAÚCHO

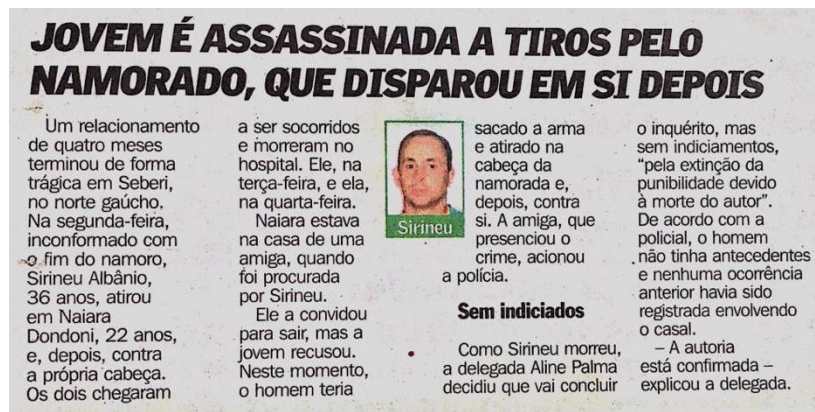
Como antecipado, o objetivo deste estudo é entender como o feminicídio é representado no jornal Diário Gaúcho por meio de uma análise de conteúdo e dos critérios de noticiabilidade empregados. A partir dos dados obtidos e categorizados, faz-se interpretações que permitem problematizar a forma como o tema é abordado.

5.1 Critérios de noticiabilidade

Iniciamos a análise pelos critérios de noticiabilidade manifestos nos textos. Tomou-se como base os valores notícia de construção, ou seja, os critérios usados pelos jornalistas na hora de produzir a notícia. Levou-se em conta os seis critérios de construção explicados no capítulo anterior. A seguir, abordamos individualmente cada um deles: simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

O critério de simplificação foi o mais frequente entre os analisados. Sua ocorrência deu-se em 14 das 15 matérias constitutivas do corpus. Pontuaremos aqui, então, o diferente. Ao conceituar o critério em questão, Traquina é categórico ao afirmar que ele opera com a lógica de que “quanto mais o acontecimento é desprovido de ambiguidade e de complexidade, mais possibilidades tem a notícia de ser notada e compreendida” (2008, p. 91). Contudo, em uma das matérias analisadas existe uma ambiguidade entre a informação do título e do texto.

Figura 1: Notícia extraída da edição nº 5.930



No título, a matéria chama o assassino de namorado. Contudo, ao ler a notícia fica-se sabendo que ele era, na verdade, um ex-namorado inconformado. A diferença pode parecer, a princípio, um preciosismo. Contudo, convém lembrar que o Brasil é um país que sofre com a falta de estudos aprofundados sobre os índices de feminicídios, e que a mídia tem sido fonte de pesquisa para a criação desses relatórios. Precisa-se ter em mente, também, que nesses relatórios pode-se fazer diferença entre o feminicídio cometido por um ex ou atual companheiro, e que o término de relacionamento é, inclusive, um dos maiores motivadores das mortes das mulheres. Então, deixa-se de pensar em preciosismo, considerando que o mapeamento correto da situação é a base para toda e qualquer política de enfrentamento da violência.

O critério de amplificação foi encontrado somente em duas das 15 matérias analisadas. Elas pertencem a um conjunto único: diferente das que noticiam casos específicos, essas duas tratam de dados gerais da violência em Porto Alegre e em todo o Rio Grande do Sul. No entanto, ainda que não seja o foco na presente etapa, vale ressaltar que em ambas o feminicídio aparece apenas como uma pequena parte da matéria, não ocupando mais do que duas linhas.

Figura 2: Notícia extraída da edição nº 5.934

NUMEROS DA VIOLÊNCIA

HOMICÍDIOS E LATROCÍNIOS TÊM QUEDA NA CAPITAL E NO RS

Total de vítimas em Porto Alegre passou de 228 nos quatro primeiros meses de 2018 para 126 este ano. No Estado, redução foi de 22.

A queda nos homicídios e latrocínios que vem sendo percebida nos últimos meses em Porto Alegre voltou a ser registrada em abril. O número de vítimas de homicídio caiu 44% na Capital nos primeiros quatro meses de 2019 se comparado ao mesmo período do ano passado. Foram 126 mortes na Capital, a menos que em 2018, de acordo com os dados do Estado. Em 2018, foram 228 vítimas de homicídio e latrocínio no Rio Grande do Sul. Ano passado, no mesmo período, foram 853 assassinatos.

Inteligência

Para a diretoria do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Porto Alegre, Vanessa Pires, a diminuição nos assassinatos tem relação com o trabalho de inteligência realizado pelas autoridades de segurança. Conforme a polícia, a coleta de provas consideradas inteligentes acabou resultando no indiciamento de mais pessoas.

A maioria dos casos de homicídio está relacionado à disputa por pontos de venda de drogas e dividas vinculadas ao tráfico. Há relação com organizações e há várias pessoas envolvidas: um líder que orienta, os outros que identificam o alvo, os que funcionam como olheiros, os de últimos que desenvolvem a operação e quem se encarrega do golpe – explica a delegada, salientando que o objetivo da polícia é “desmantelar toda a organização”.

Segundo a diretora, trata-se de um trabalho de inteligência que tem se iniciado no governo anterior: “É a resultante de um trabalho de inteligência que vem sendo realizado há anos e que tem permanência uma operação, chamada de Contenção. De que o intuito de observar e identificar pessoas envolvidas em homicídios em áreas conflituosas.”

— A nova gestão tem priorizado enfoque na inteligência, descentralizada, dentro dos próprios departamentos, com maior mobilidade.

Trabalho contínuo

Assim como Vanessa, o comandante-geral do Batalhão Militar (BM) coronel Mano Freixo concordou que a diminuição passa pelo trabalho contínuo das polícias.

— Estamos focados na redução dos índices de criminalidade, especialmente nos casos de homicídios e de roubos. Temos desmontado os recursos para esse tipo de ação — comenta Freixo.

O coronel acredita que é possível haver novos dimensões: “Temos expectativa com a formação de novos soldados, em agosto, e com a implementação da lei de incentivo à segurança, para que possamos receber mais equipamentos e potencializar o trabalho da BM — finaliza.



Em um dos casos, um passageiro de transporte por app foi morto em abril

Os gráficos não mantêm proporção entre si

INDICADORES DE CRIMINALIDADE

ESTADO		PORTO ALEGRE	
Homicídios dolosos	Homicídios dolosos	Homicídios dolosos	Homicídios dolosos
2018: 807	2018: 228	2019: 199	2019: 126
-24%	-44%	-41%	-44%

Latrocínios		Roubos de veículos	
2018: 54	2018: 1.209	2018: 4.135	2018: 1.209
2019: 25	2019: 7	2019: 4.247	2019: 1.094
-54%	-94%	-10%	-9%

Estão focados na redução dos índices, principalmente nos casos de homicídios e roubos de veículos

A nova gestão tem priorizado enfoque na inteligência descentralizada, dentro dos próprios departamentos.

DOIS ADVOGADOS MORTOS EM ASSALTOS

Os latrocínios (roubos com morte) também apresentaram redução. A Capital teve sete casos nos primeiros quatro meses de 2019. Este ano, foram dois mortos, ambos em março. As duas vítimas eram advogados.

No primeiro, em 2 de março, Fernando Nunes Machado, 42 anos, foi baleado durante tentativa de roubo de veículo na casa do pai dele, no bairro Roberto Berta. A dupla fugiu sem levar nada, mas atingiu a vítima na cabeça. Pouco dias depois, em 26 de março, Gabriel Portes Fernandes Porto, 28 anos, foi assassinado na Cidade Baixa.

No Estado, foram 25 vítimas de latrocínio nos primeiros quatro meses do ano. Em 2018, foram 34 — o que representa redução de 26%. Um dos casos aconteceu em Galvão, no Vale do Sol. O alvo era o advogado Leomar Jacó Canova, 59 anos, e o filho do

estupro, 33% a menos que no mesmo período do ano passado, quando foram 709 abusos.

Indicadores que não envolveram crimes contra a vida também tiveram redução. No Estado, houve redução de 30% nos roubos de veículo passivo de 6.150 para 4.247 nos primeiros quatro meses do ano. Em Porto Alegre, a diminuição foi ainda mais expressiva. De 3.204 casos em 2018 para 1.094.

Produção: Mariana Basso

Diário Gaúcho, 14/5/2019, p. 20

A relevância também foi pouco empregada nas matérias analisadas. Entre os 15 textos, apenas quatro apresentaram o critério de construção em questão. Ela apareceu em ambas as matérias sobre índices de violência no estado, e também em duas matérias sobre casos específicos. Tomemos uma como exemplo:

Figura 3: Notícia extraída da edição nº 5.959

NA ENTRADA DA CAPITAL

ASSASSINADA NO TÚNEL

A Polícia Civil suspeita que a vítima, ainda não oficialmente identificada, tenha sido estuprada e, depois, morta a pedradas.

VITOR ROSA
vitor.rosa@diariogaucha.com.br

Um assassinato brutal, precedido de um possível estupro, ocorreu em um local de grande circulação de pedestres e veículos intriga investigadores da Delegacia Especializada no Abandono à Mulher (Dem).

O crime foi descoberto por volta das 13h30min de ontem, quando as autoridades foram avisadas sobre o encontro do corpo de uma mulher no Túnel da Conceição, no Centro de Porto Alegre.

— Ao menos quatro vítimas da Polícia Civil se aglomeraram no local, bloqueando uma faixa da via do meio-dia até 13h30min. A polícia estava em um vão entre o túnel e um prédio, onde o corpo foi encontrado. Primeiro duas mulheres e travestis que se apresentavam como amigas da vítima, reclamavam da violência da região e gritavam “terminação”.

— Mas uma mulher se foi, estuprada e morta. Claro porque é uma de nós, conhecia ela — diz Suzana Nagaiara, 40 anos, amiga da vítima.

Viva no local

Segundo Suzana, a mulher era identificada apenas como “Carina” e vivia há anos na região do Centro. Uma outra amiga, Caroline Constante Leites, 23 anos, disse que esteve com a vítima ontem no camelômetro: — A gente estava aqui, conversando, dando risada. Um momento feliz. Hoje, me falaram que tinha uma pessoa morta no túnel e vim ver. Não acredito.

Conforme as amigas, a vítima trabalhava como prostituta no Centro e morava em períodos. As duas disseram que ela bebia, mas negaram que consumisse drogas.

O mesmo relato foi feito à Polícia Civil.

Luta

A delegada Karina Henrich diz que encontrou no local do crime uma pedra com sangue, possivelmente usada para assassinar a vítima. O objeto foi recolhido para perícia.

Os agentes perceberam sinais que indicam que a mulher tenha lutado com o assassino. Por isso, a polícia solicitou que o Instituto-Genet de Perícias (IGP) recolhesse material genético encontrado no corpo da vítima. Também será feita análise em um preservativo que foi achado.

— Vamos atrás de câmeras de rua, tentaremos contato com essas pessoas que dizem conhecê-la. Depois que, eventualmente, encontrarmos um suspeito, vamos fazer confronto com o material recolhido pelo IGP — disse a delegada.

A polícia tenta precisar o horário em que a mulher foi morta. Os investigadores acreditam que tenha sido de madrugada.

mas não há certeza. O trecho onde o crime aconteceu é apontado por moradores e frequentadores da região como violento. O caminho é muito movimentado e importante para para quem vai a hospital, facultades e colégios no centro.

Violação

Zelador de prédio próximo ao túnel há 20 anos, José Ribeiro, 60, diz que são comuns casos de moradores e pedestres assaltados nas proximidades.

— É toda noite: usuários de droga, prostituição. É raro o dia que não tem assalto — reclama.

A própria delegada, questionada sobre a segurança da região, declarou que recebeu ontem informação de vendedores de drogas que funcionam próximo ao túnel. No entanto, diz não haver relatos recentes de outros ataques a mulheres no local.

O comandante do 9º Batalhão de Polícia Militar, tenente-coronel Luciano Moritz Buzoni, afirma que o Centro da Capital terá mais policiais em breve em função da Copa América.



Movimento na via da Capital contrastava com cena de crime



PERÍCIA

Local foi isolado para perícia

FOTOS: MATHEUS BRUNO

Diário Gaúcho, 12/6/2019, p. 28

A notícia trata da morte de uma mulher na Região Central de Porto Alegre, especificamente dentro do Túnel da Conceição. O critério de relevância aparece quando o texto cita que o local onde o corpo foi encontrado é usado diariamente como passagem entre o público que circula pelos hospitais, escolas e universidades da região e evidencia que os moradores e transeuntes precisam conviver com os perigos do lugar, como brigas, venda de drogas e, agora, morte.

Já o critério personalização foi o segundo mais recorrente. Das 15 matérias analisadas, 13 contavam com esse tipo de valor-notícia. Muito se deve pelo tipo de texto jornalístico: excluindo as duas sobre índices de violência, as notícias em que o assunto feminicídio aparece são sempre factuais (questão que será discutida e problematizada nas seções seguintes). Dessa forma, elas trabalham principalmente em cima da figura da mulher que morreu e do assassino.

No exemplo que trago a seguir, a matéria conta a descoberta do corpo de uma mulher que havia desaparecido. O local: a casa do ex-companheiro da vítima. Neste caso em especial, a personalização é um valor muito importante para a construção do texto, uma vez que tenta recordar o percurso da mulher antes de seu desaparecimento e, em seguida, também conta as estratégias de fuga do acusado.

Figura 4: Notícia extraída da edição nº 5.936

MULHER SUMIDA HÁ UM ANO HAVIA SIDO ENTERRADA

Cães farejadores encontraram o corpo de Vera Lucia Severo Lemos, 31 anos, em Dom Pedrito. Ex-companheiro dela se entregou à Polícia Civil.

CID MARTINS
cid.martins@njgaucha.com.br

NOELE SCUR
noele.scur@njgaucha.com.br

Após quase um ano de investigações, a Polícia Civil localizou o corpo de uma mulher que havia desaparecido em abril de 2018 na região da Campanha. Um mandado de busca foi cumprido na casa do ex-companheiro dela, no bairro Santa Teresina, em Dom Pedrito, na tarde de terça-feira.

Cães farejadores indicaram que o corpo de Vera Lucia Severo Lemos, 31 anos, estava sob um piso de cerâmica, que se diferenciava do restante da residência. Bombeiros, com apoio do Exército, escavaram até conseguir localizar o cadáver – que foi retirado por volta da 1h de ontem.

Leopoldino de Lima Moraes, 49, apontado pelo delegado André de Matos Mendes como autor do feminicídio, entregou-se na tarde de ontem e foi preso preventivamente.

Conforme o delegado, o local onde o corpo estava escondido já

havia chamado atenção há cerca de um ano, quando policiais foram até a casa após receberem a informação sobre o desaparecimento da mulher. Segundo ele, a vítima foi vista pela última vez em hospital de Bagé, em abril do ano passado – o filho do casal prosseguia de atendimento médico.

Apesar disso, familiares fizeram a ocorrência sobre o sumiço somente no início de julho. A polícia acredita que a demora se deu pelo fato de que os parentes não eram próximos e não mantinham contato com frequência.

Após o registro do desaparecimento, os agentes foram até a residência – que fica em um terreno com outras duas casas – mediante autorização judicial.

Perícia

Na época, um anexo – tendo apenas um contrapiso precário – estava sendo construído e

no local, um canivete com marcas de sangue foi encontrado. Foi solicitado um exame pericial no material. O Instituto-Geral de Perícias (IGP) diz que o pedido foi feito no dia 30 de agosto do ano passado e que o laudo da análise ficou pronto em outubro, confirmando que se tratava de sangue humano.

Uruguaí

Vizinhos do casal informaram, à época, que Leopoldino saiu da região logo após o registro da ocorrência de sumiço e teria ido para o Uruguaí. Depois, teria voltado e passado a trabalhar em estâncias da região.

As famílias que moram nas outras casas do terreno onde residia a vítima relataram que o casal brigava muito, que estava em processo de separação, e discutido sobre a guarda do filho – que teria ficado com

uma tia. A polícia apura essa informação, mas prefere não dar detalhes.

Após nova autorização judicial, a polícia voltou ao local na terça-feira. O anexo da casa estava concluído e a filha do suspeito mora no local.

Os cães farejadores encontraram o corpo, que estava com pulseira do hospital onde o filho de Vera esteve internado, com o nome da vítima. O cadáver foi encaminhado para a realização de exame de DNA. Foi solicitada perícia para confirmar se o canivete encontrado foi usado no homicídio.

O corpo estava em avançado estado de decomposição e, segundo moradores do local, não houve relatos de mau cheiro. O delegado destacou que ainda não se sabe como a vítima foi morta.

O homem, tem antecedentes criminais por roubo e furto, já não estava mais morando com a ex-companheira.

Cadáver estava embaixo da casa do suspeito



Diário Gaúcho, 16/5/2019, p. 21

A dramatização também teve um bom número de aparições entre os textos. Foram 11 das 15 matérias que empregaram o critério.

Figura 5: Notícia extraída da edição nº 5.936



Diário Gaúcho, 16/5/2019, p. 21

Traquina descreveu o critério de dramatização como “o reforço dos aspectos mais críticos, o reforço do lado emocional, a natureza conflitual” (2008, p.92). O exemplo acima ilustra bem: nada mais crítico do que constantes ameaças de morte, amarras e facadas.

O último valor-notícia a ser identificado foi o de consonância, que aparece em nove textos jornalísticos do corpus.

Figura 6: Notícia extraída da edição nº 5.946

UM ANO DEPOIS

RÉUS POR MORTE DE PAOLA ESTÃO PRESOS

FOTOS REPRODUÇÃO, BANCO DE IMAGENS

Assassinato gravado na Vila Tamanca, na Capital, teria sido ordenado pelo ex-namorado. Seis acusados seguem detidos.

RENATO DORNELES
renato.dorneles@diariogaucha.com.br

A cena é chocante: com as mãos e as pernas amarradas, a jovem deita na cova aberta em meio a um matagal. Parece resignada e conchecendo seu destino. Na sequência, dois tiros são disparados contra a sua cabeça.

As imagens do crime na Vila Tamanca, bairro Agronomia, na zona leste de Porto Alegre, em 13 de maio de 2018, circularam pelas redes sociais e acabaram ajudando a polícia a identificar a vítima e os criminosos. Um ano depois da morte de Paola Avaly Coma, 18 anos, seis réus do caso seguem presos.

São eles: Nathan Srángelo, 24 anos, Bruno Cardoso Oliveira, 24, Carlos Cleomir Rodrigues da Silva, 35, Thais Cristina dos Santos, 21, Paulo Henrique Silveira Merlo, 36, e Vinicius

Mathews da Silva, 21. Um adolescente envolvido segue internado na Fundação de Assistência Socioeducativa (Fase). O processo referente ao caso tramita na 2ª Vara do Juri da Capital e, atualmente, está na fase de instrução.

Relacionamento

A morte de Paola começou a ser escrita em 2017, quando ela, aos 17 anos, se aproximou pelas redes sociais de Nathan, que já estava recluso. Nos primeiros contatos, obteve autorização para visitá-lo no Presídio Central. Conforme apontaram as investigações, foi o início de um relacionamento "tumultuado".

Até então, Paola levava uma vida normal, como a maioria das adolescentes. Era vaidosa, gostava de frequentar shoppings e era a cacula de três irmãos. O envolvimento com Nathan acabou mudando o seu comportamento. Na época, sua mãe, que pediu para não ser identificada, disse à reportagem que a jovem "começou a se envolver com amigos errados e não queria mais escutar a família".

O início do namoro representou a entrada da jovem na facção criminosa que tem o bairro Bom Jesus como berço. De acordo com a Polícia Civil, Nathan integra o grupo.

No final de 2017, ao completar 18 anos, Paola interrompeu os estudos, abandonou o emprego e anunciou que saíra de casa. Disse à família que iria morar com amigas. As investigações mostraram que, na verdade, foi residir inicialmente com familiares do namorado e, depois, em uma casa que seria bancada pela facção.

O relacionamento, tumultuado desde o início, chegou ao ápice da crise em maio do ano seguinte. As redes sociais novamente tiveram papel decisivo.

Em 9 de maio, uma quarta-feira, dia de visita, Paola foi ao Presídio Central e terminou o relacionamento com Nathan. Dois dias depois, eles discutiram por telefone.

A partir daí, o destino de Paola começou a ser escrito.



Jovem viu sua cova ser aberta



Garota era cacula

Vítima implorou ao ex por sua vida

No dia 13 de maio, por volta das 4h, Paola fez postagem insinuando que estava se relacionando com outra pessoa. Segundo o Ministério Público, no mesmo dia, por ordem de Nathan, Vinicius e Carlos levaram a jovem até o matagal. No local, onde Thais e Merlo os aguardavam, foi aberta uma cova.

Por telefone, Paola implorou por sua vida a Nathan que determinou o que cada um dos envolvidos deveria fazer. As 17h30min, a jovem foi executada. O corpo só foi localizado no dia 17, depois de o vídeo da morte ter circulado nas redes. Com as investigações, a polícia chegou ao nome de Bruno, que estava no Presídio Central.

Eles responderão por homicídio triplamente qualificado (feminicídio, motivo torpe, meio cruel ou que dificultou a defesa da vítima), sequestro e organização criminosa.

CRIME COM MARCA DO TRÁFICO

As investigações sobre o crime foram iniciadas pela 2ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), que apura casos de desaparecimento, a partir de uma ocorrência feita pela família da jovem, registrando o sumiço.

Com a descoberta do vídeo, passou a ser considerado um crime por questões relacionadas ao tráfico de drogas. Mas logo que foi identificada a verdadeira motivação, o inquérito passou à Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) da Capital.

Tráfico também comete feminicídios. Tem uma forma de execução própria e característica do tráfico de drogas. Quando não matam, cortam o cabelo, estupram, ou seja, usam métodos de descaracterização do feminino – explica a delegada Tatiana Bastos, da Deam.

O Ministério Público, responsável pela denúncia, não se manifesta, alegando sigilo de justiça. A Defensoria Pública, que representa os réus, por meio da assessora de comunicação, informou que "está atuando no caso, que é seguido em fase de instrução processual, havendo nova audiência para oitiva de testemunhas em junho".

do Diário Gaúcho, 28/5/2019, p. 22

A matéria reproduzida como exemplo consiste no acompanhamento do caso de Paola. O conteúdo nos informa que os executores do assassinato seguem presos, aguardando julgamento. A consonância se estabelece quando a notícia consegue fazer a conexão entre o acontecimento de agora e um saber antigo do leitor, algo que já lhe é conhecido. E o caso de Paola, morta em 2018, é de conhecimento de um grande público: senão pelo acompanhamento das notícias sobre a morte, mas pelo vídeo de sua execução, que circulou de celular em celular por meio do aplicativo Whatsapp e foi citado no próprio texto jornalístico.

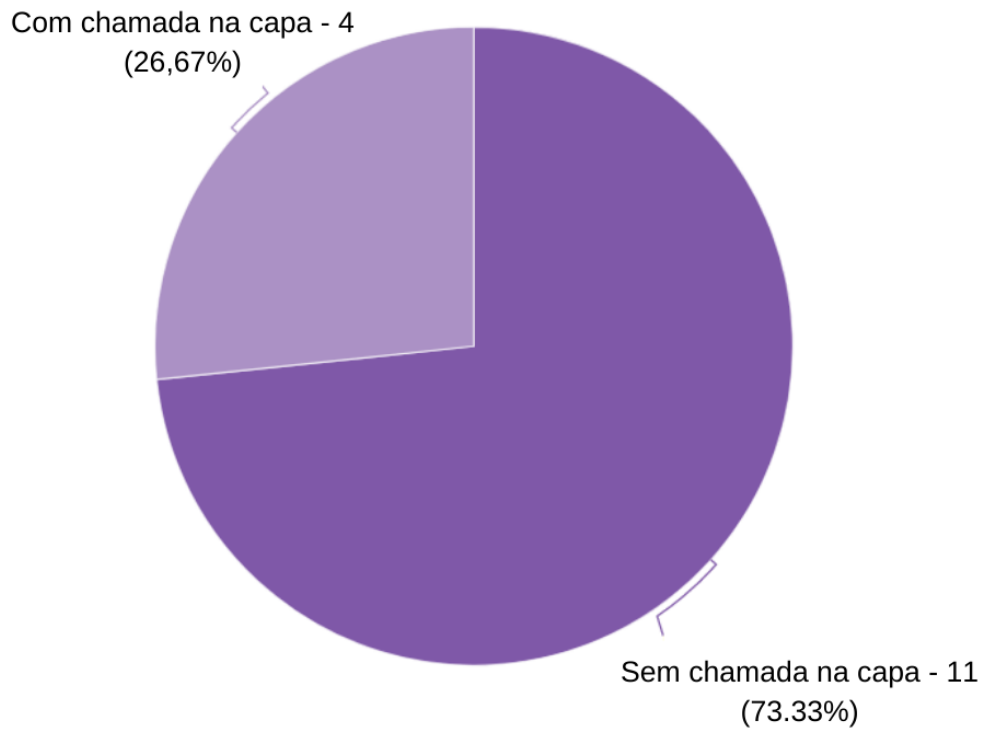
5.2 Análise do conteúdo

Ainda por meio da análise de conteúdo, a presente pesquisa também observou a editoria em que as notícias sobre feminicídio apareceram. O Diário Gaúcho trabalha com as editorias Variedades, Geral, Esporte, Policial e Leitor. No material coletado, contudo, o tom policialesco predominou: todas as 15 matérias foram publicadas na editoria Policial, que ocupa as últimas páginas do jornal.

Partindo desse ponto, pode-se começar a inferir sobre o tratamento do tema: o feminicídio aparece em matérias factuais, características das páginas policiais, que contam casos, mas raramente contextualizam e ampliam os problemas. O aparecimento do tema na editoria policial não é uma surpresa – afinal, está-se falando de crime. Há, no entanto, ausência do tema em outras seções do jornal – que poderiam tratá-lo de forma mais abrangente, complexa, seguindo outros caminhos que não o estritamente factual, o que evidencia a falta de problematização da morte de mulheres por sua condição de gênero.

A presença dessas notícias como manchete na capa do jornal também foi analisada, para tentar compreender se o assunto figura entre os temas prioritários do jornal. Das edições consultadas, pode-se notar que é característica das capas do Diário Gaúcho dar grande destaque para matérias que compõem as editorias Geral, Variedades e Esporte. Chamadas da editoria Policial recebem um espaço mínimo, ocupando cantos pequenos da página, e não são ilustradas com fotos. Das 15 matérias relacionadas ao tema feminicídio, apenas quatro foram destaque na capa.

Figura 7 – Gráfico: Matérias que ganharam chamadas na capa



A ausência de destaque na capa também é um fator que nos permite entender a importância que o Diário Gaúcho dá a morte dessas mulheres. As chamadas da editoria Policial envolvem, em sua maioria, questões sobre segurança, roubos, latrocínios e tráfico de drogas.

Chama a atenção uma edição do jornal (Diário Gaúcho nº 5.949, 31/5/2019), que trazia duas matérias sobre feminicídio, mas o destaque da editoria foi “Quem são os 10 presos por suspeita de pirâmide”. Para o Diário Gaúcho, o fato de ter noticiado duas vezes o mesmo tipo de crime em uma única edição parece não ter peso suficiente para compor a relação das principais notícias.

Figura 8: Notícia extraída da edição nº 5.949

PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 31/5/2019 **DIÁRIO GAÚCHO** 2

PELOTAS

JOVEM DE 20 ANOS É ENCONTRADA MORTA

Karollaine Silva havia sido vista pela última vez no dia 21. Ex-namorado dela, que está preso, é considerado o principal suspeito.

RENATO DORNELLES
renato.dornelles@diariogaucha.com.br

O corpo de Karollaine Silva, 20 anos, foi encontrado ontem no município de Morro Redondo, a 44 quilômetros de Pelotas, de onde ela desapareceu no dia 21. De acordo com a Polícia Civil, o principal suspeito é o ex-namorado dela, que está preso desde o dia 24. Ele foi detido em flagrante por tráfico de drogas e tinha um mandado de prisão preventiva por outro caso de homicídio.

— Temos informações de que eles (Karollaine e o rapaz) vinham se encontrando. Ele é o principal suspeito do crime que, ao que tudo indica, foi um feminicídio — diz o delegado Félix Rafanhim.

Sumiço

Karollaine residia no bairro Fragata, em Pelotas. De acordo com a mãe, Miriam Silva, 35 anos, a filha saiu de casa no início da noite de 21 de maio para acompanhar a prima Talia Kaiana, 27 anos. Elas seguraram até o apartamento de outra familiar, que fica próximo de casa. A prima disse que a jovem ficou com ela até as 20h15min. Nesse horário, Karollaine disse que iria encontrar uma amiga. A jovem teria retornado ao apartamento onde estava a prima por volta das 21h30min. Depois, teria dito que aguardaria na frente do prédio, ainda com essa amiga. No entanto, quando saiu do local, às 23h30min, a familiar não encontrou mais a jovem.

Registro

O último local em que foi vista é a Rua irmão Gabino, no mesmo bairro onde morava com a mãe e um irmão. Três dias depois, o sumiço de Karollaine foi registrado na Polícia Civil. Na mesma data, o jovem de 21 anos com quem Karollaine se relacionava foi preso. De acordo com Félix, o caso passará a ser investigado pela Delegacia de Polícia de Morro Redondo.

Arquivo pessoal



Elá morava com mãe

Preso suspeito de matar ex-companheira a facadas

O suspeito de matar a ex-companheira a facadas na quarta-feira, em Gravataí, foi preso preventivamente ontem. Marcos Roberto Fiore, 36 anos, foi localizado em Três Coroas. Letícia Rosa dos Santos, 30 anos, foi encontrada morta na casa onde morava, no bairro São Geraldo, no município da Região Metropolitana. Segundo a Polícia Civil, o homem teria ido até a casa da ex-companheira, amarrado o pescoço dela com as mãos da mulher. Depois, a acertou com faca. Uma vizinha chegou a ouvir os gritos e tentou intervir na briga, mas também foi ameaçada. Depois, o homem fugiu em direção à serra gaúcha em um H250, que também foi localizado em Três Coroas. O carro seria usado por ele para trabalhar como motorista. O casal ficou junto por 11 anos, mas estava separado desde 2017. De acordo com a delegada Jeiselaura de Souza, o homem não aceitaria o término e estava ameaçando constantemente a mulher de morte. Em depoimento, o homem permaneceu em silêncio. DG tenta localizar o advogado dele.

UNIVERSITÁRIO ENTREGAVA DROGAS

Um universitário de 31 anos foi preso na madrugada de ontem em Caroscos, suspeito de fazer teletrega de drogas. O nome dele não foi divulgado. Na casa do homem foi apreendido um quilo de entorpecentes e R\$ 4 mil em dinheiro. Segundo o delegado Mano Souza, a investigação começou há 15 dias, após denúncia sobre entrega de maconha. Conforme apurado, o estudante usava o próprio carro para transportar a droga.

“Alta qualidade”

Ainda de acordo com o delegado, o estudante vendia a maconha por valores mais altos do que outros traficantes, oferecendo droga considerada de “alta qualidade”.

— Encontramos em um dos invólucros uma substância denominada “skank”, em tese, com índice de concentração de THC (principal substância psicoativa) maior do que maconha vendida no mercado, produzida em ambiente controlado por indivíduos com conhecimentos específicos — explica. Responsável pela prisão, o delegado Rafael Pereira investiga a possibilidade de a droga ser vendida dentro de faculdades da região, mas depende da análise de provas para confirmar a suspeita.

do Diário Gaúcho, 31/5/2019, p. 25

Figura 9: Capa da edição nº 5.949

24 Horas de Notícias

Agora em o novo endereço família vai ficar em Pelotas

UNISUPER

99799-5993

FARRROUPILHA

DIÁRIO GAÚCHO

R\$ 1,25

NO 25 - Nº 5.949 - PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 31/5/2019 - JORNAL DO GRUPO RBS - @diariogaucha.br

Relatório de DESPERDÍCIO

ESCOLA NA CAPITAL TEM CAPACIDADE PARA 112 CRIANÇAS

CRECHE PRONTA E SEM USO HÁ 19 MESES

Protesto pela educação

CHORA, CAVACO

Será o fim da Lésias?

Vacina da gripe liberada

Até com LUP, no RSCA

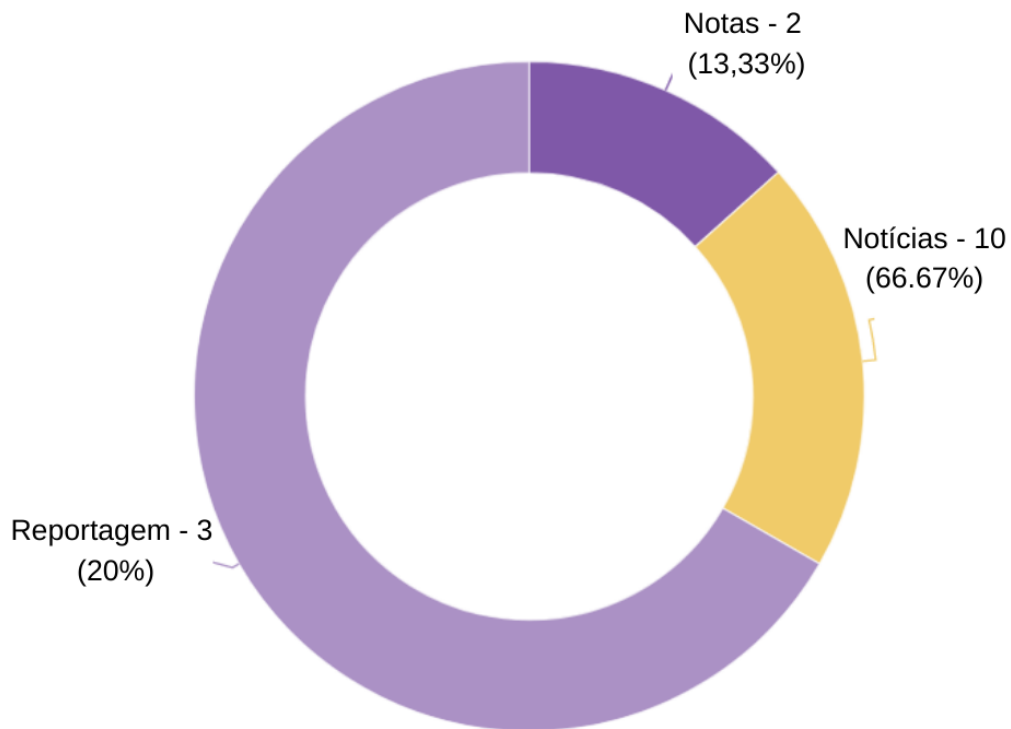
Prédio na Bairro Estím: Novo não foi aberto

QUEM SÃO OS 10 PRESOS POR SUSPEITA DE PIRÂMIDE

Diário Gaúcho, 31/5/2019

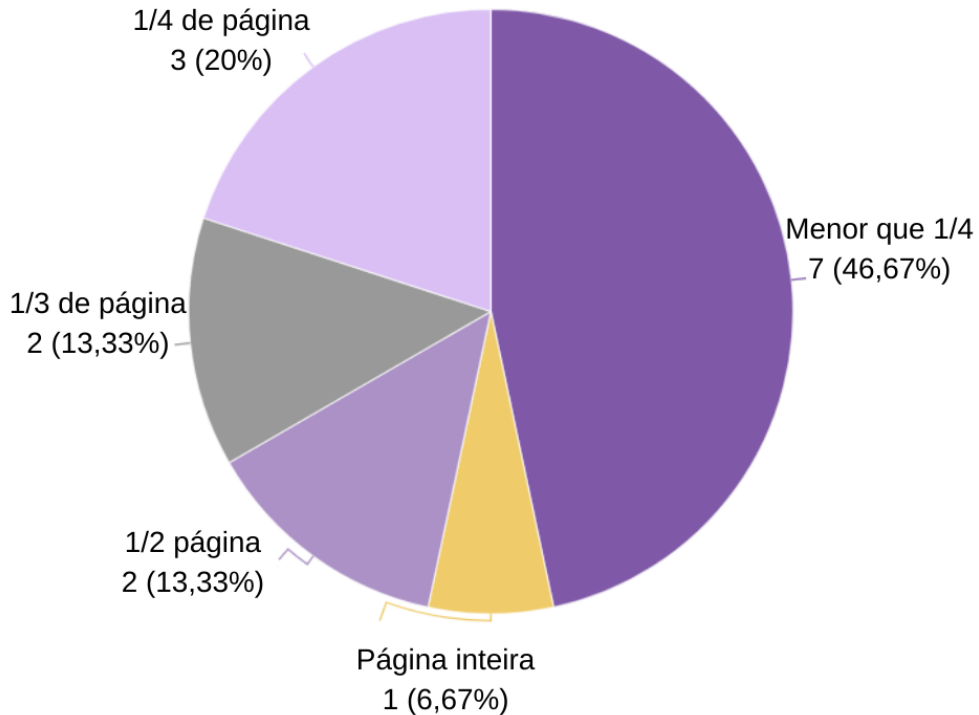
A análise também levou em conta os tipos de texto em que o assunto é abordado (gênero jornalístico). Foram dez matérias em forma de notícia, três reportagens e duas notas. É importante dizer, no entanto, que no material analisado estão uma reportagem e uma notícia que abordam índices de homicídios gerais no Rio Grande do Sul. Na reportagem, o espaço destinado a feminicídio foi de apenas um parágrafo de duas frases pequenas, e na notícia, um parágrafo de três frases pequenas. Ou seja, nesses casos especiais o gênero da matéria não significou fôlego para o assunto.

Figura 10 – Gráfico: Gêneros dos textos



O tamanho das matérias variou, mas a maioria das matérias ocupou pouco espaço na página impressa. Sete delas ocuparam menos de $\frac{1}{4}$ de página, três ocuparam $\frac{1}{4}$, duas ocupam $\frac{1}{2}$ página, outras duas ocupam $\frac{1}{3}$ de página e apenas uma tem o tamanho de uma página inteira.

Figura 11 – Gráfico: Tamanho das matérias



Quanto à paginação e a posição ocupada na página, as matérias apresentam, em sua maioria, um bom posicionamento. Nove delas estão em páginas ímpares (as primeiras páginas onde o leitor foca sua atenção ao folhear o jornal) e cinco ocupam o canto superior esquerdo, a melhor posição visual dentro desse tipo de página.

Figura 12 – Gráfico: Paginação das matérias

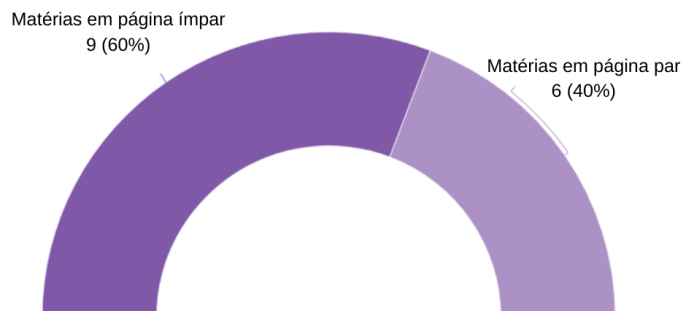
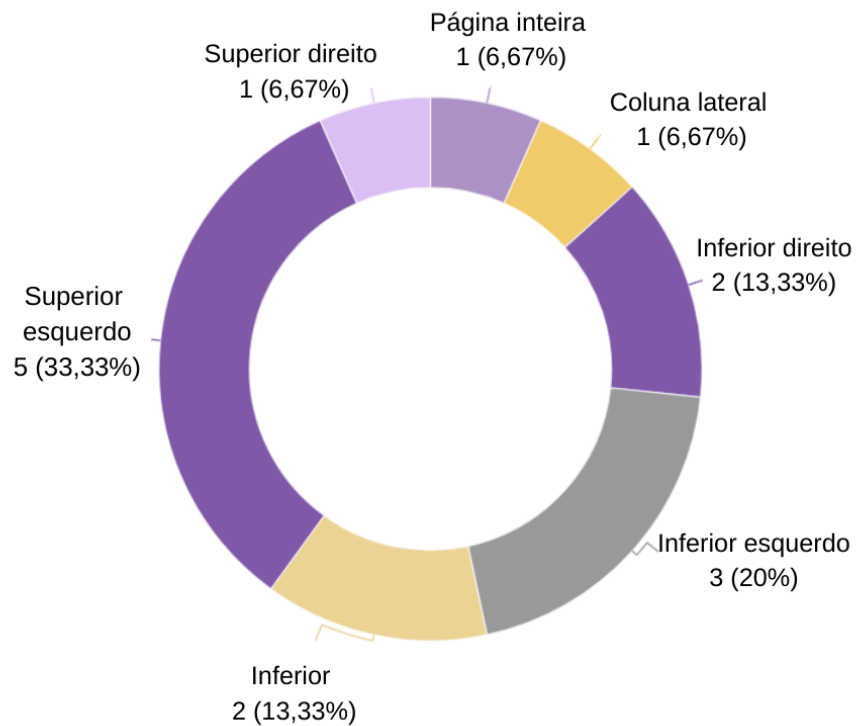


Figura 13 – Gráfico: Posição das matérias nas páginas



Apesar do posicionamento privilegiado nas áreas de leitura, o tamanho e o gênero de notícias evidenciam que elas possuem pouco ou nenhum aprofundamento nos casos, e muito menos tratam o feminicídio como problema social.

Durante o período analisado, o espaço da editoria Policial do Diário Gaúcho publicou diversos conteúdos de maior fôlego, como reportagens contendo ilustrações, gráficos, box de informações. No entanto, o jornal costuma usar esses espaços para tratar de outros assuntos, principalmente relacionados a roubos e tráfico de drogas. Às mortes de mulheres, sobram poucos espaços. As poucas linhas destinadas a esse propósito se mostram insuficientes para trazer uma maior contextualização para o tema.

Uma notícia sobre índices gerais chama a atenção, principalmente por evidenciar o crescimento das estatísticas de feminicídio no Rio Grande do Sul, enquanto o restante dos índices de homicídios tem caído. A reportagem não explica em nenhuma das suas poucas frases dedicadas ao tema a razão para esse índice ir na contramão dos demais. O trecho destacado é da fala da chefe da Polícia Civil do

Estado saudando a integração entre as forças de segurança, que, segundo ela, ajudou na redução das taxas. A construção do texto, neste caso, acabou deixando os dados imediatamente anteriores ainda mais descontextualizados.

Figura 14: Notícia extraída da edição nº 5.960

RONDA POLICIAL

Tem uma denúncia? WhatsApp 99759-5693

Telefones úteis

- ✓ Brigada Militar - 190
- ✓ PRF - 191
- ✓ Samu - 192
- ✓ Bombeiros - 193
- ✓ CVV - 188
- ✓ Denúncia sobre maus-tratos com crianças - 0800 642 6400
- ✓ Denúncia sobre tráfico de drogas - 0800-518518
- ✓ Denúncias sobre homicídios - 0800 642 0121

RIO GRANDE DO SUL

QUEDA DE HOMICÍDIOS E LATROCÍNIOS

LETICIA MENDES
leticia.mendes@diariogaucha.com.br

Os principais indicadores de criminalidade, que incluem homicídios, latrocínios e assaltos, apresentaram queda no RS em maio. O número de mortes em roubos, por exemplo, caiu pela metade, assim como os casos de ataques a bancos, em comparação com o mesmo mês de 2018. Os dados foram divulgados ontem pela Secretaria da Segurança Pública.

Os homicídios tiveram queda de 17%, com 139 vítimas. Em maio do ano passado, 168 pessoas foram assassinadas no Estado. A SSP contabiliza de forma separada o número de casos e de vítimas. Se consideradas as ocorrências (que podem ter mais de uma morte), a redução é de 14%. Os latrocínios também tiveram redução no Estado – passou de oito para quatro casos.

Em relação aos crimes patrimoniais, os roubos de veículos tiveram queda de 30% no RS. No ano passado, em média, 41 carros eram levados por dia. Em maio de 2019, caiu para 28. Os ataques a bancos tiveram redução de 25 para 12 casos – queda de 52%.

Na Capital, os dados mostram que a redução no índice de homicídios se manteve em maio, em comparação com o mesmo mês do ano passado. Foram 22 pessoas assassinadas. Em 2018, foram 48, o que representa queda de 54%.

Feminicídios

Na contramão dos homicídios, os assassinatos de mulheres por questões de gênero apresentaram alta no Estado em maio. Segundo a SSP foram 13 feminicídios no RS nesse período. No ano passado, foram registrados 10 – aumento de 30%. Em comparação com outros meses do ano, esse apresenta o maior número de casos.

Chefe da Polícia Civil no RS, delegada Nadine Anflor acredita que a queda nos indicadores tem relação com a integração entre as forças de segurança.

– Apesar de termos dificuldades no que se refere ao sistema prisional, não deixamos de trabalhar, não deixamos de investigar e tirando das ruas os autores de crimes. O autor de um roubo, por exemplo, dificilmente cometerá apenas esse delito, por isso é importante sua segregação – explica.

Sobre o aumento no número de feminicídios, Nadine avalia que não houve, de fato, elevação:

– Não diria que os indicadores subiram, pois há alguns anos não fazíamos essa leitura, não se falava sobre isso.

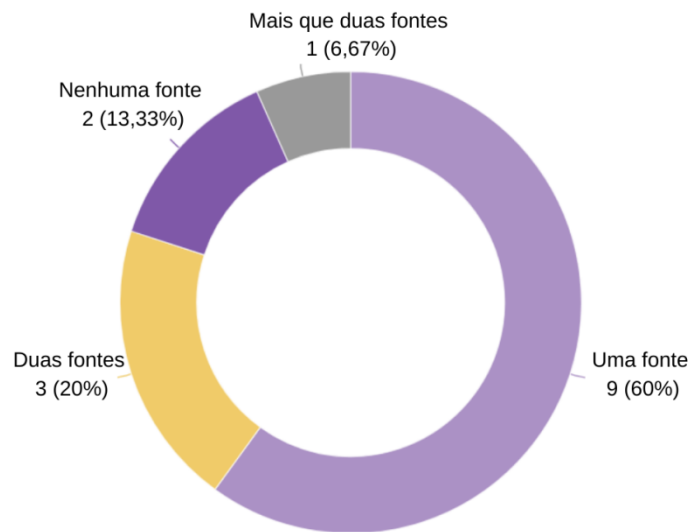
Segundo o comandante da Brigada Militar no RS, o coronel Mário Ikeda, concorda com a Nadine:

– Felizmente, os indicadores vêm reduzindo gradativamente, e isso se deve à integração entre os órgãos.

Diário Gaúcho, 14/6/2019, p. 20

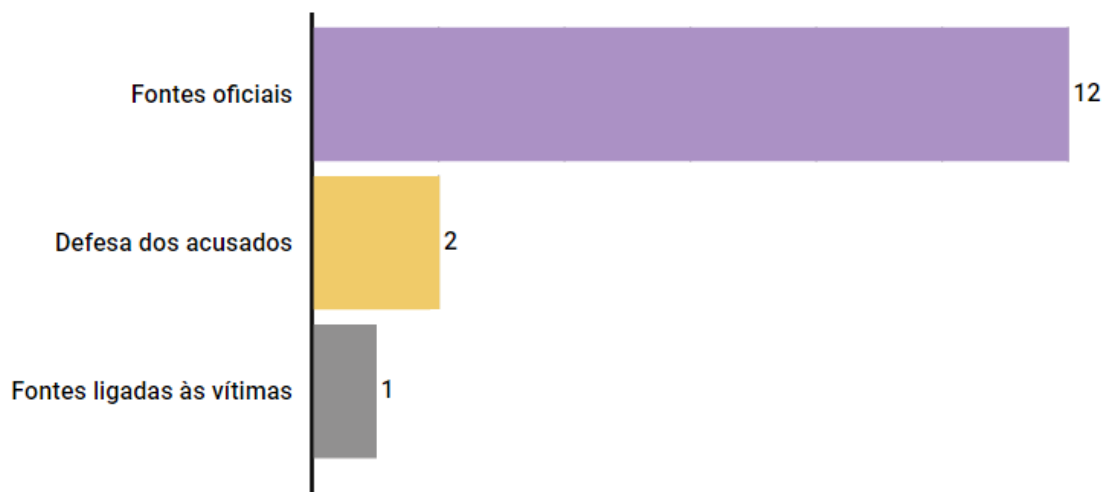
A insuficiência da cobertura do tema feminicídio é percebida, também, pelo uso das fontes. Das 15 matérias, nove usam apenas uma fonte. Outras três matérias usam duas fontes, e apenas uma (em formato de reportagem) usa cinco fontes. As notas não contam com nenhuma pessoa entrevistada.

Figura 15 – Gráfico: Quantidade de fontes usadas por matéria



O tipo de vozes presente na construção dos textos também sinaliza a falta de aprofundamento e a característica de pura narração do fato criminoso. Nas 13 matérias que trouxeram falas de entrevistados, em 12 foi utilizado algum tipo de fonte oficial da área de segurança, como policiais, delegados e chefes da Brigada Militar. Em dez matérias essas foram as únicas fontes entrevistadas.

Figura 16 – Gráfico: Tipos de fontes



Ao escolher veicular notícias em que as fontes priorizadas ocupam um único lugar de fala, o Diário Gaúcho transforma as matérias sobre feminicídio em relatos policiais. Isso fica evidente também pelo formato das matérias, que em sua maioria se limitam à descrição do crime. As mulheres que morrem são mães, filhas, irmãs e

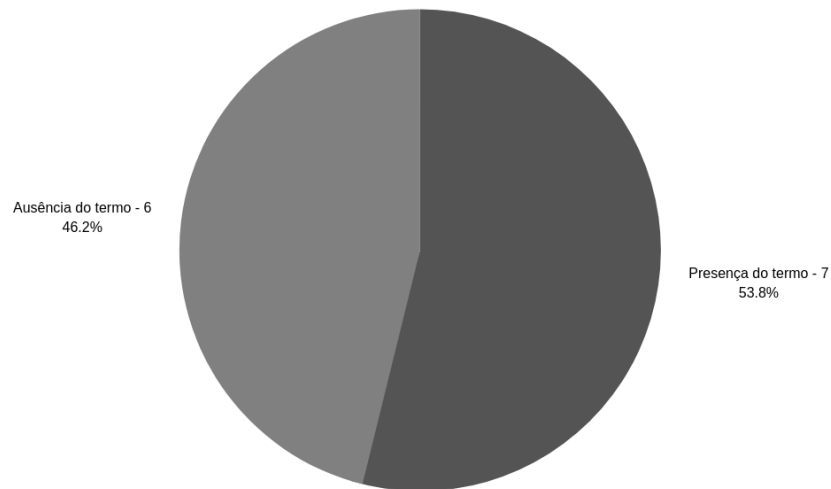
amigas. No entanto, pessoas próximas às vítimas praticamente não aparecem na construção dessas notícias. Pouco se sabe da vida dessas mulheres antes da fatal violência. Tampouco são ouvidos especialistas sobre violência de gênero para contextualizar o crime dentro de uma realidade que compõe um problema social. A mulher vira um número invisível.

Com exceção de uma, em todas as matérias que tratavam de casos específicos os suspeitos foram identificados – todos, por acaso, ex-companheiros. Em algumas, o motivo alegado para o crime é exposto: inconformidade com o término do relacionamento ou o envolvimento da ex-companheira com outra pessoa. No entanto, nenhuma delas explica ou questiona se a vítima vinha de um ciclo de violência. Os crimes de feminicídio cometidos dentro de relações conjugais são, na grande maioria das vezes, o ato final cometido dentro de uma relação com histórico violento. Falar sobre o passado de abusos sofridos pela vítima é, também, alertar a população, sobretudo as leitoras mulheres envolvidas em relações tóxicas, sobre os estágios da violência, onde a manchete da vez é o desfecho infeliz.

Conforme exposto anteriormente, para compor o corpus não se usou a palavra feminicídio como buscadora. Sua presença ou ausência na construção dos textos é, igualmente, um marcador importante.

Das 15 matérias analisadas, sete não usaram o termo para referir o crime de homicídio cometido por questão de gênero em nenhuma parte da matéria (retranca, título, subtítulo, texto ou legendas de fotos).

Figura 17 – Gráfico: Uso do termo “feminicídio”



O fato de praticamente metade das matérias que envolvem o assunto não usarem o termo “feminicídio” em nenhuma parte do texto é um sinal da invisibilidade que a mulher enfrenta diariamente. Justamente por ter sido reconhecido em lei recentemente, o termo precisa se firmar no meio da sociedade para que a luta contra a morte das mulheres seja reconhecida, e o jornal, enquanto ajuda a construir a realidade, tem papel essencial nessa história. O uso do termo pelo jornal ressignifica a morte daquelas mulheres. Coloca em evidência um problema que está longe de ter seu fim avistado.

5.3 Aproximando o olhar, reunindo o todo

Para observar melhor e refletir sobre como todas essas informações podem ser encontradas dentro de um texto, a seguir pegaremos uma das peças encontradas e submeteremos a uma análise unificada de todos os critérios anteriormente abordados. Para isso, voltamos os olhos para a anteriormente citada edição nº 5.949 do DG, que conta com duas notícias sobre feminicídio.

Notícia extraída da edição nº 5.949

PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 31/5/2019

DIÁRIO GAÚCHO

2

PELOTAS

JOVEM DE 20 ANOS É ENCONTRADA MORTA

Karollaine Silva havia sido vista pela última vez no dia 21. Ex-namorado dela, que está preso, é considerado o principal suspeito.

RENATO DORNELLES
renato.dornelles@diariogaucha.com.br

O corpo de Karollaine Silva, 20 anos, foi encontrado ontem no município de Morro Redondo, a 44 quilômetros de Pelotas, de onde ela desapareceu no dia 21. De acordo com a Polícia Civil, o principal suspeito é o ex-namorado dela, que está preso desde o dia 24. Ele foi detido em flagrante por tráfico de drogas e tinha um mandado de prisão preventiva por outro caso de homicídio.

— Temos informações de que eles (Karollaine e o rapaz) vinham se encontrando. Ele é o principal suspeito do crime que, ao que tudo indica, foi um feminicídio — diz o delegado Félix Rafanhim.

Sumiço

Karollaine residia no bairro Fragata, em Pelotas. De acordo com a mãe, Miriam Silva, 35 anos, a filha saiu de casa no início da noite de 21 de maio para acompanhar a prima Taís Kaiara, 27 anos. Elas seguraram até o apartamento de outra familiar, que fica próximo de casa. A prima disse que a jovem ficou com ela até as 20h15min.

Nesse horário, Karollaine disse que iria encontrar uma amiga. A jovem teria retornado ao apartamento onde estava a prima por volta das 21h30min. Depois, teria dito que aguardaria na frente do prédio, ainda com essa amiga.

No entanto, quando saiu do local, às 23h30min, a familiar não encontrou mais a jovem.

Registro

O último local em que foi vista é a Rua Irmão Gabino, no mesmo bairro onde morava com a mãe e um irmão. Três dias depois, o surtiço de Karollaine foi registrado na Polícia Civil. Na mesma data, o jovem de 21 anos com quem Karollaine se relacionava foi preso. De acordo com Félix, o caso passará a ser investigado pela Delegacia de Polícia de Morro Redondo.

En morava com mãe

O suspeito de matar a ex-companheira a facadas na quarta-feira, em Gravatal, foi preso preventivamente ontem. Marcos Roberto Figue, 36 anos, foi localizado em Três Coroas. Leticia Rosa dos Santos, 30 anos, foi encontrada morta na casa onde morava, no bairro São Geraldo, no município da Região Metropolitana. Segundo a Polícia Civil, o homem teria ido até a casa da ex-companheira, amordaçado e amarrado as mãos da mulher. Depois, a acertou com faca. Uma vizinha chegou a ouvir os gritos e tentou intervir na briga, mas também foi ameaçada. Depois, o homem fugiu em direção à Serra Gaúcha em um H200, que também foi localizado em Três Coroas. O carro seria usado por ele para trabalhar como motorista. O casal ficou junto por 1,1 anos, mas estava separado desde 2017. De acordo com a delegada Jeiselaura de Souza, o homem não aciliaria o término e estava ameaçando constantemente a mulher de morte. Em depoimento, o homem permaneceu em silêncio. DG tenta localizar o advogado dele.

UNIVERSITÁRIO ENTREGAVA DROGAS

Um universitário de 31 anos foi preso na madrugada de ontem em Canoas, suspeito de fazer teletrega de drogas. O nome dele não foi divulgado.

Na casa do homem foi apreendido um quilo de entorpecentes e R\$ 4 mil em dinheiro. Segundo o delegado Mário Souza, a investigação começou há 15 dias, após denúncia sobre teletrega de maconha. Conforme apurado, o estudante usava o próprio carro para transportar a droga.

“Alta qualidade”

Ainda de acordo com o delegado, o estudante vendia a maconha por valores mais altos do que outros traficantes, oferecendo droga considerada de “alta qualidade”.

— Encontramos em um dos invólucros uma substância denominada “skank”, em tese, com índice de concentração de THC (principal substância psicoativa) maior do que maconha vendida no mercado, produzida em ambiente controlado por indivíduos com conhecimentos específicos — explica.

Responsável pela prisão, o delegado Rafael Pereira investiga a possibilidade de a droga ser vendida dentro de faculdades da região, mas depende da análise de provas para confirmar a suspeita.

do Diário Gaúcho, 31/5/2019, p. 25

A primeira reportagem a ser analisada é a intitulada “Jovem de 20 anos é encontrada morta”. Foram encontrados apenas dois critérios de noticiabilidade na construção da matéria, o de personalização e simplificação (ambos os mais utilizados dentro das matérias analisadas). Quanto ao conteúdo, a matéria não apresenta chamada na capa. Está numa página ímpar, de boa visualização, e ocupa cerca de ¼ dela. Ela pertence ao gênero notícia, e conta com apenas uma fonte, que é o delegado do caso. Esse tipo de voz, como anteriormente falado, é um padrão nas matérias sobre feminicídio do jornal Diário Gaúcho, que pouco ouve pessoas próximas da vítima, como familiares e amigos. Positivamente, a matéria é uma das que cita o caso como feminicídio. Contudo, não parte de uma classificação do jornalista responsável, e sim da fala do delegado.

A segunda matéria analisada é a de título “Presos suspeito de matar ex-companheira a facadas”. Nela, foram encontrados os critérios de simplificação, personalização e dramatização (este último aparecendo na descrição da sequência criminológica, com a chegada do ex-companheiro a casa, que a amordaçou e, em seguida, a esfaqueou). Em relação ao conteúdo, esta também não aparece em destaque na capa – e como foi comentado anteriormente, duas mortes não são suficientes para ganhar o holofote). Também está em página ímpar, mas ocupa menos de ¼ de página. Pertencente ao gênero nota, e seu fôlego reduzido pode ser

sinalizado também pela falta de fontes – a única citada é, também, uma delegada. Esta não possui fala direta. A matéria faz parte do grupo que não citou o caso como feminicídio em nenhuma parte de sua construção.

A seguir, a fim de entender o panorama geral das matérias analisadas, organizamos duas tabelas para juntar todos os dados obtidos durante a pesquisa. Na primeira, falamos sobre os critérios de noticiabilidade encontrados e, na segunda, os resultados da análise de conteúdo.

Tabela 1: Critérios de noticiabilidade nas matérias do DG

Títulos das matérias	Data da publicação	Critérios de noticiabilidade
Volta a ser detido marido da contadora	09/05/2019	Simplificação, relevância, amplificação, consonância
Jovem é assassinada a tiros pelo namorado, que disparou em si depois	10/05/2019	Dramatização, personalização
Idosa assassinada teria sido estuprada em casa	13/05/2019	Simplificação, dramatização, personalização
Homicídios e latrocínios têm queda na capital e no RS	14/05/2019	Simplificação, amplificação, relevância, consonância
Mulher sumida há um ano havia sido enterrada	16/05/2019	Simplificação, dramatização, personalização, consonância
Réu por morte é condenado por porte ilegal	17/05/2019	Simplificação, dramatização, personalização, consonância
Mulher é achada morta em veículo no norte do estado	20/05/2019	Simplificação, dramatização, personalização, consonância
Preso confessa que matou mulher em Ronda Alta	22/05/2019	Simplificação, dramatização, personalização, consonância
Réus por morte de Paola estão presos	28/05/2019	Simplificação, dramatização, personalização, consonância
Jovem de 20 anos é encontrada morta	31/05/2019	Simplificação, personalização
Preso suspeito de matar ex-companheira a facadas	31/05/2019	Simplificação, personalização, dramatização
Assassinada no túnel	12/06/2019	Simplificação, relevância, personalização, dramatização
Queda de homicídios e latrocínios	14/06/2019	Simplificação, amplificação, relevância, consonância
Ferida com tiros em motel da capital	08/07/2019	Simplificação, personalização, dramatização
Mulher conta que namorado tentou matá-la	09/07/2019	Simplificação, personalização, dramatização, consonância

Tabela 2: Análise de conteúdo das notícias do DG

Títulos das matérias	Capa	Gênero	Espaço	Fontes	Termo “femini cídio”
Volta a ser detido marido da contadora	Não	Nota	Menos de 1/4 de pg	Nenhuma	Não
Jovem é assassinada a tiros pelo namorado, que disparou em si depois	Não	Notícia	Menos de 1/4 de pg	Uma	Não
Idosa assassinada teria sido estuprada em casa	Não	Notícia	1/4 de pg	Uma	Não
Homicídios e latrocínios têm queda na capital e no RS	Sim	Reportagem	Pg inteira	Duas	Sim
Mulher sumida há um ano havia sido enterrada	Sim	Reportagem	1/2 pg	Uma	Sim
Réu por morte é condenado por porte ilegal	Não	Notícia	Menos de 1/4 de pg	Uma	Não
Mulher é achada morta em veículo no norte do estado	Não	Notícia	1/4 de pg	Uma	Sim
Preso confessa que matou mulher em Ronda Alta	Não	Notícia	Menos de 1/4 de pg	Uma	Não
Réus por morte de Paola estão presos	Não	Reportagem	1/3 pg	Duas	Sim
Jovem de 20 anos é encontrada morta	Não	Notícia	1/4 de pg	Uma	Sim
Preso suspeito de matar ex-companheira a facadas	Não	Nota	Menos de 1/4 de pg	Nenhuma	Não
Assassinada no túnel	Sim	Notícia	1/2 pg	Cinco	Sim
Queda de homicídios e latrocínios	Sim	Notícia	1/3 de pg	Duas	Sim
Ferida com tiros em motel da capital	Não	Notícia	Menos de 1/4 de pg	Uma	Não
Mulher conta que namorado tentou matá-la	Não	Notícia	Menos de 1/4 de pg	Uma	Sim

A partir da análise de conteúdo feita, pode-se ver que a temática fica restrita às páginas policiais, raramente aparecendo nas capas. As matérias são pequenas e

seu conteúdo trava no relato policial, tanto pela escolha de fontes quanto pela narrativa textual, não abrindo espaço para contextualização ou discussão da temática da violência de gênero. A falta do termo “feminicídio” em matérias sobre o crime tipificado contribui, ainda, para invisibilidade da luta feminina contra a violência enfrentada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei a presente pesquisa com o objetivo de analisar a forma como um jornal popular aborda o tema feminicídio, tomando como objeto empírico o Diário Gaúcho. Ao concluí-lo, espero ter contribuído de alguma maneira para a discussão do tema. Terminei com novos questionamentos e com a certeza de que não podemos parar de falar sobre o que mais nos importa. E mesmo com as adversidades, que a UFRGS continue sendo um lugar de acolhida e suporte para quem deseja pesquisar e discutir assuntos de relevância para a sociedade. Quando calamos, perdemos.

Acredito que a metodologia empregada durante o trabalho tenha dado conta dos objetivos propostos no primeiro momento. Na pesquisa bibliográfica, foram levantados trabalhos já publicados sobre o tema – o feminicídio no jornalismo – e os conceitos necessários para estruturar o estudo. Em especial, essa parte mostrou-se muito enriquecedora: ao mesmo tempo em que consegui fortalecer o aporte teórico que era necessário para a continuidade da pesquisa, também pude notar o crescimento do número de trabalhos que discutem a temática da morte e da violência contra as mulheres em um todo.

Depois, a partir da análise de conteúdo, foi possível criar algumas categorias de análise para entender como eram construídas as narrativas dos casos de feminicídio dentro do DG. Em seguida, foram também analisados os critérios de noticiabilidade encontrados nas matérias jornalísticas.

A discussão teórica nos mostra que, assim como na profissão, a pesquisa em jornalismo também é feita de um grande encontro de saberes. Mostrou-se essencial para o trabalho um aprofundamento nas questões que envolvem a violência contra a mulher, o patriarcado, o papel da mulher na sociedade e a legislação de proteção e preservação da vida feminina. A partir da leitura de teorias, leis, dados e estudos feitos sobre o assunto, pode-se entender melhor o problema sistêmico que as mulheres enfrentam.

Também foi de grande importância revisar os conceitos que envolvem o jornalismo em si, como as teorias construcionistas e os critérios de noticiabilidade. As duas vertentes teóricas deram maior suporte para identificar os métodos de construção das notícias sobre o feminicídio dentro do jornal.

O objetivo geral deste trabalho de conclusão era analisar como o jornal Diário Gaúcho aborda a violência contra a mulher em casos de feminicídio. A partir disso, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) entender quais os critérios de noticiabilidade foram usados para a construção dos textos e; b) analisar o conteúdo das matérias do jornal quanto ao seu destaque na capa, gênero, tamanho, editoria, posição, fontes ouvidas e o emprego do termo “feminicídio”.

A partir da análise dos critérios de noticiabilidade, pode-se concluir que o critério de construção mais utilizado foi o de simplificação. Os textos eram, em sua maioria, concisos e diretos e, com exceção de uma notícia, não houve nenhuma informação desencontrada, mal explicada ou dúbia. O segundo mais recorrente foi o critério de personalização, com 13 aparições entre 15 matérias. Ele foi seguido pela dramatização (presente em 11 matérias), o de consonância (9 matérias), de relevância (quatro matérias) e, por último, o de amplificação. Na interpretação dos dados, percebeu-se que as matérias focam muito em uma narração do acontecimento criminoso, dando detalhes sobre as circunstanciais da ocorrência e oferecendo pouca problematização quanto aos crimes em um espectro maior.

Tomando como base a análise de conteúdo realizada é possível inferir que o tema feminicídio, apesar de seus índices crescentes, não é um assunto de destaque no jornal Diário Gaúcho. O fato de a temática não ser abordada fora da editoria policial mostra a falta de um olhar aprofundado sobre o feminicídio enquanto problema social. Ter recebido poucos destaques na capa também é sintomático: aparentemente, para o Diário Gaúcho vale mais um roubo ou um esquema de pirâmide do que a vida tirada de uma mulher.

O gênero dos textos e o tamanho das matérias também evidenciam que o assassinato dessas mulheres ganha menos importância dentro das páginas do Diário Gaúcho. São poucas as reportagens que ocupam mais de $\frac{1}{4}$ da página e que possuem mais de uma fonte.

E por falar em fontes, elas reforçam o aspecto já detectado quando na análise dos critérios de noticiabilidade: a maioria das matérias foca exclusivamente num relato policialesco. Tanto que, ao me debruçar sobre as fontes, percebi que as fontes oficiais de serviços de segurança foram as mais consultadas – e muitas vezes as únicas. Apesar de ter apontado a personalização como critério de noticiabilidade,

este serviu principalmente em um caráter informativo sobre a relação da vítima com o assassino, pouco se conversou com amigos e familiares dos envolvidos. As notícias pouco buscaram traçar um perfil da vítima ou mesmo do assassino. Continuo acreditando que jornalismo é contar histórias. E a vida dessas mulheres merecia ter ganhado dimensão por meio das letras do jornal.

Por último, a análise do uso do termo feminicídio mostrou que a luta para o reconhecimento das causas do gênero ainda está longe do fim. Em todos os casos analisados, não restam dúvidas de que o crime noticiado deve ser tipificado como feminicídio. No entanto, apenas metade das matérias mencionam o termo no texto. Após nosso percurso durante esse trabalho, onde passamos pelas questões sobre violência contra a mulher, machismo e o papel do jornalismo na construção da realidade, podemos afirmar que a omissão não é nada além de prejudicial para a visibilidade do feminicídio enquanto um problema que precisa ser combatido. Precisamos nomear cada um, precisamos nomear todos. Acredito que atribuir o termo é, de certa forma, honrar a vida das que partiram.

As conclusões desse trabalho não foram as mais animadoras. Enquanto moradora da periferia de Porto Alegre, gostaria de saber que o jornal mais consumido no meu bairro dá tanta atenção para a problemática da violência quanto dá para as notícias sobre famosos, futebol ou mesmo outras pautas de utilidade pública. Enquanto jornalista, adoraria concluir que o Diário Gaúcho, que fala com um público que não é o mesmo de Zero Hora, da Folha de São Paulo ou de O Globo, contribui mais para a visibilidade do feminicídio. Enquanto mulher, gostaria de ver as mortes das minhas semelhantes sendo tratadas com mais consideração.

No entanto, gostaria de adotar uma postura otimista e dizer que agora é a hora de ir além do imediatismo. Acredito na necessidade de o leitor de um jornal popular receber maior contexto e aprofundamento sobre os problemas do mundo que o cerca. Dessa forma, conscientizaremos e combateremos de forma verdadeira a violência.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**, v. 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. Presidente (2011-2016 – Dilma Rousseff). Discurso na cerimônia de sanção da lei de tipificação do feminicídio. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FBZYFuSH7go>.
- BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
- GRADE, Máira Soalheiro; GUIZZO, Antônio Rediver. Mulher, pobreza e violência—a face perversa da desigualdade de gênero. **Sociedade em Debate**, v. 25, n. 1, p. 42-54, 2019. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/2025/1336>
- LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MACHADO, Isadora Vier; ELIAS, Maria Lígia G. G. Rodrigues. Feminicídio em cena. Da dimensão simbólica à política. **Tempo Social**, vol.30 n.1. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v30n1/1809-4554-ts-30-01-0283.pdf>
- MENEGHEL, Stela Nazareth; MARGARITES, Ane Freitas. Feminicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: iniquidades de gênero ao morrer. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00168516, 2017. Disponível em: https://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001505014.
- MIGUEL, Katarini; JARA, Tainá; OJEDA, Lynara. Ciberjornalismo e Feminicídio: apontamentos, reflexões e comparações sobre a cobertura do caso Mayara Amaral. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/5156/2477.

MOTTA, Luiz Gonzaga. O trabalho simbólico da notícia. **Anais do XI Encontro Anual da COMPÓS**. Rio de Janeiro: Compós, 2002. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_921.pdf.

PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. Cadernos pagu, n. 37, p. 219-246, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a08n37.pdf>.

PIOVESAN, Flávia. Igualdade de gênero na Constituição Federal: os direitos civis e políticos das mulheres no Brasil. **Os alicerces da redemocratização**. Brasília, DF: Senado Federal: Instituto Legislativo Brasileiro, v. 1, p. 349-377, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-igualdade-de-genero-na-constituicao-federal-os-direitos-civis-e-politicos-das-mulheres-do-brasil>.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**, 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, vol.13 n.4, p.82-91, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>.

SANTOS, Cecília MacDowell. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. **Oficina do Centro de Estudos Sociais**. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11080/1/Da%20Delegacia%20da%20mulher%20%c3%a0%20Lei%20Maria%20da%20Penha.pdf>.

SANTOS, Tânia Maria dos. A mulher nas constituições brasileiras. **II Seminário Nacional de Ciência Política: América Latina em debate**. Porto Alegre, set. 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/Mulher%20e%20CF%20-%20Final%20tania.pdf>.

SOARES, Bárbara M. Enfrentando a violência contra a mulher. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Revista Estudos Feministas**. v. 23, n. 3, p. 1001-1022, 2015.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo - Volume I**: por que as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular, 2004.

_____. **Teorias do jornalismo - Volume II**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Editora Insular, 2008.